Diário Oficial

Maceió - Terça-feira
15 de Junho de 2010

Estado de Alagoas
Unidade Federativa do Brasil

Ano XCVIII
Número 594

Ministério Público Estadual

MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA
EDUARDO TAVARES MENDES
PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA SUBSTITUTO
SÉRGIO ROCHA CAVALCANTI JUCÁ
CORREGEDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
FRANCISCO JOSÉ SARMENTO DE AZEVEDO
CORREGEDOR- GERAL SUBSTITUTO
ANTIÓGENES MARQUES DE LIRA

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA
EDUARDO TAVARES MENDES
ANTÔNIO ARECIPPO DE BARROS TEIXEIRA NETO
FÁBIO ROCHA CABRAL DE VASCONCELLOS
LUCIANO CHAGAS DA SILVA
LUIZ BARBOSA CARNAÚBA
FRANCISCO JOSÉ SARMENTO DE AZEVEDO
GERALDO MAGELA BARBOSA PIRAUÁ
SÉRGIO ROCHA CAVALCANTI JUCÁ
WALBER JOSÉ VALENTE DE LIMA
LEAN ANTÔNIO FERREIRA DE ARAÚJO
ANTIÓGENES MARQUES DE LIRA
DILMAR LOPES CAMERINO
DENNIS LIMA CALHEIROS
VICENTE FELIX CORREIA
ARTRAN DE PEREIRA MONTE
JOSÉ ARTUR MELO
MÁRCIO ROBERTO TENÓRIO DE ALBUQUERQUE

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO
EDUARDO TAVARES MENDES
FRANCISCO JOSÉ SARMENTO DE AZEVEDO
SÉRGIO ROCHA CAVALCANTI JUCÁ
ANTIÓGENES MARQUES DE LIRA
DILMAR LOPES CAMERINO
DENNIS LIMA CALHEIROS
ANTÔNIO ARECIPPO DE BARRO TEIXEIRA NETO

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

SECRETÁRIO DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA
AFRÂNIO ROBERTO P. DE QUEIROZ

SECRETÁRIO DO CONSELHO SUPERIOR
MÁRCIO ROBERTO TENORIO DE ALBURQUERQUE

DIRETOR DO 1º CAO
LUIZ DE A. MEDEIROS FILHO

DIRETOR DO 2º CAO
GERALDO MAGELA BARBOSA PIRAUÁ

DIRETOR DA ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO
SÉRGIO ROCHA CAVALCANTI JUCÁ

CHEFE DE GABINETE
FERNANDO AUGUSTO DE ARAÚJO JORGE

DIRETORA GERAL
RITA DE CÁSSIA CAMPOS CAVALCANTE

DIRETOR DE APOIO ADMINISTRATIVO
IVAN DE HOLANDA MONTENEGRO

DIRETORA DE PROGRAMAÇÃO E ORÇAMENTO
JAMILLE MENDONÇA SETTON MASCARENHAS

DIRETOR DE CONTABILIDADE E FINANÇAS
WILLIAMS PACÍFICO ARAÚJO DOS SANTOS

DIRETOR DE PESSOAL
DILMA ALVES DE QUEIROZ

DIRETOR DO CENTRO DE GERENCIAMENTO DE INFORMÁTICA
ADRIANO MARQUES RAMOS

CONSULTORA JURÍDICO-ADMINISTRATIVA
ELENISE DAUDT TENÓRIO DE SOUZA

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO
ALEXANDRE HENRIQUE DA SILVA LINO

Procuradoria-Geral de JUSTIÇA

DIRETORIA GERAL

A DIRETORA GERAL DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, DRA. RITA DE CÁSSIA CAMPOS CAVALCANTE, DESPACHOU, NESTA DATA, POR DELEGAÇÃO, OS SEGUINTES PROCESSOS:

Proc: 1.518/10
Interessado: Dr. José Alberto Ramos, Juiz de Direito.
Assunto: Representação criminal.
Despacho: Encaminhem-se à Assessoria Técnica para análise e parecer.

Proc: 1.526/10
Interessado: Dr. Jorge José Tavares Dória, Promotor de Justiça.
Assunto: Requerendo abono de permanência.
Despacho: Encaminhe-se à Consultoria Jurídica para análise e parecer.

Proc: 1.527/10
Interessado: Subsecretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente.
Assunto: Encaminhando denúncia.
Despacho: Encaminhem-se ao 1º CAO - Núcleo de Defesa dos Direitos da Infância e da Juventude, para apreciar.

Proc: 1.528/10
Interessado: Promotoria de Justiça de Pão de Açúcar.
Assunto: Requerendo providências.
Despacho:Encaminhem-se à Assessoria Técnica para análise e parecer.

Diretoria Geral da Procuradoria Geral de Justiça, em Maceió, 14 de junho de 2010.

ANDRÉA GUIMARÃES BEZERRA
Assessora Administrativa da Procuradoria Geral de Justiça.

PORTARIA PGJ nº 502, DE 14 DE JUNHO DE 2010

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA SUBSTITUTO DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições legais, especialmente as que lhe são conferidas pelo inciso V do art. 9º da Lei Complementar Estadual nº15, de 22 de novembro de 1996, resolve designar o Dr. IZADÍLIO VIEIRA DA SILVA FILHO, 6º Promotor de Justiça de Palmeira dos Índios, de 2ª entrância, para atuar nos autos do processo nº 046.09.001418-4, em tramitação no Juízo de Direito da 4ª Vara de Palmeira dos Índios.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

SÉRGIO ROCHA CAVALCANTI JUCÁ
Procurador-Geral de Justiça Substituto.

PORTARIA PGJ nº 503, DE 14 DE JUNHO DE 2010

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA SUBSTITUTO DO ESTADO DE ALAGOAS, usando das atribuições que lhe confere o art. 9º, inciso V da Lei Complementar Estadual nº 15/96 e em face da suspeição arguida pelo Promotor de Justiça titular, resolve designar o Dr. SAULO VENTURA DE HOLANDA, 4º Promotor de Justiça de Arapiraca, de 3ª entrância, para análise e adoção das providências cabíveis acerca do Procedimento Preparatório 03/PJTAQ e seus anexos – Procedimento Administrativo 001/2004/PALMEIRA DOS ÍNDIOS e Ofícios nºs 02/2010 e 08/2010/SINTEAL/BELÉM.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

SÉRGIO ROCHA CAVALCANTI JUCÁ
Procurador-Geral de Justiça Substituto.

MINISTÉRIO PÚBLICO DE ALAGOAS
Procuradoria Geral de Justiça
Colégio de Procuradores de Justiça

EXTRATO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DO COLENDO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA, REALIZADA EM 24 DE FEVEREIRO DE 2010.

· DATA: 24.02.2010
· HORA: 15h00m
· LOCAL: Sala de reunião do CPJ, Procurador de Justiça Joubert Câmara Scala localizada 4º andar do edifício Carlos Guido Ferrário Lobo, sede do Ministério Público do Estado de Alagoas, situado na rua Dr. Pedro Jorge Melo e Silva, nº 79, bairro do Poço, nesta cidade de Maceió, capital do Estado de Alagoas.
· PROCURADORES DE JUSTIÇA PRESENTES: Dr. Eduardo Tavares Mendes; Dr. Antônio Arecippo de Barros Teixeira Neto; Dr. Fábio Rocha Cabral de Vasconcellos; Dr. Luciano Chagas da Silva; Dr. Francisco José Sarmento de Azevedo; Dr. Geraldo Magela Barbosa Pirauá; Dr. Sérgio Rocha Cavalcanti Jucá; Dr. Walber José Valente de Lima; Dr. Antiógenes Marques de Lira; Dr. Dennis Lima Calheiros; Dr Vicente Felix Correia; Dr. Artran de Pereira Monte e Dr. José Artur Melo. Ausentes Dr. Luiz Barbosa Carnaúba, Dr. Lean Antônio Ferreira de Araújo (férias) e Dr. Dilmar Lopes Camerino.
· PRESIDÊNCIA: Dr. Eduardo Tavares Mendes, Procurador Geral de Justiça.
· SECRETÁRIO: Promotor de Justiça Dr. Afrânio Roberto Pereira de Queiroz.
· DELIBERAÇÃO DE ATA: Havendo número legal o presidente declarou aberta a sessão cumprimentando os Procuradores Presentes, deu boas vindas a todos desejando um ano profícuo de trabalho uma vez que esta é a primeira reunião do ano. Apresentando as novas e modernas instalações da Sala de Reunião do Colégio de Procuradores de Justiça do Estão de Alagoas localizada no 4º andar do prédio da Procuradoria. Informou que a partir de amanhã e depois estará recebendo os Procuradores Gerais de todo o país, para mais uma reunião daquele órgão Colegiado. Disse ser uma honra para Alagoas recepcionar todos os Procuradores Gerais do país e convidou os Procuradores de Justiça de Alagoas para comparecerem ao Hotel Ponta Verde, local das reuniões, onde serão discutidos assuntos do interesse do Ministério Público nacional. Informou mais que na sexta-feira à noite estará sendo oferecido um jantar aos participantes do encontro às 20:00hs no mesmo hotel e gostaria de que todos os Procuradores de Justiça de Alagoas se fizessem presentes. Em seguida colocou em discussão e votação da ata da sessão, realizada nos dia 11.11.2009. O Dr. Vicente Felix Correia, alegando não ter lembrança do que foi discutido naquela reunião e tendo em vista problemas ocorridos na intranet que impossibilitaram a leitura e a escuta do áudio ali postados, afirmou que se absteria de votar. O Dr. Luciano Chagas da Silva concordou e disse que o melhor era voltar ao sistema antigo, quando o Secretário distribuía a Ata 24 horas antes da reunião. Em face disto o Presidente decidiu suspender a apreciação da referida ata, determinando ao Secretário que imprimisse a Ata e a distribuísse com os Senhores Procuradores e somente na próxima reunião a mesma seria posta em discussão.
· ORDEM DO DIA: Em seguida o presidente solicitou que o Secretário fizesse a leitura da Ordem do dia, constante dos seguintes itens: 1. Julgamento do recurso administrativo Proc. Nº 2200/2009. 2. Distribuição dos processo cíveis entre os Procuradores pertencentes a Seção Especializada Cível do TJ. 3. Apreciação do Proc. Nº 2932/2009. 4. Apreciação do Proc. 2899/2009. 5. Apreciação do Proc. Nº 418/2009. 6. Julgamento dos Recursos Administrativos, Proc. Nº 001/2007 e Proc. Nº 002/2007, relator Dr. Luciano Chagas da Silva, com pedido de vistas pelo Dr. Vicente Felix Correia. 7. Apreciação da Representação Proc. Nº 1345/2009. 8. Apreciação do Proc. Nº 3263/2009 (proposta de modificações). 9. Outros assuntos de interesse do CPJ. Pela ordem, o Dr. Fábio Rocha Cabral de Vasconcelos pediu para incluir na Pauta a discussão de tema tratado na sessão do dia 21.10.2009 do CPJ. Fazendo uso da palavra o Presidente disse que iria tirar de pauta os itens: 2. Distribuição dos processo cíveis entre os Procuradores pertencentes a Seção Especializada Cível do TJ; 3. Proc. Nº 2932/2009; 4 Proc. 2899/2009; 5. Proc. 418/2009; 7. Proc. 1345/2009 e 8. Proc. 3263/2009. Em seguida o Dr. Eduardo Tavares Mendes concedeu a palavra ao Dr. Antônio Arecippo de Barros Teixeira Neto para que lesse o Relatório do Proc. Nº 2200/2009, Recurso Administrativo apresentado por membro do Ministério Público contra ato de punição do Procurador Geral de Justiça. Antes de ser iniciada a leitura o Dr. Geraldo Magela Barbosa Pirauá, pediu a palavra para argüir a sua suspeição de participar do julgamento tendo em vista ser parente distante do Promotor de Justiça. Durante a leitura o Dr. Vicente Felix da Silva aparteou o Relator para indagar se o apelante e o seu advogado tinham sido intimados do julgamento que estava sendo procedido, obtendo do Relator resposta negativa. O Dr. Vicente Felix da Silva sugeriu que o julgamento fosse suspenso para que o interessado e seu advogado fossem intimados, para assegurar o cumprimento dos princípios constitucionais da ampla defesa e do contraditório, garantidos aos litigantes em processo judicial ou administrativo. A proposta foi colocada em discussão e dela participaram os Procuradores Sérgio Rocha Cavalcanti Jucá, Fábio Rocha Cabral de Vasconcelos, José Artur Melo, Luciano Chagas da Silva, Dennis Lima Calheiros, Walber José Valente de Lima e Eduardo Tavares Mendes. Decidiu-se, por unanimidade, que o julgamento fosse suspenso para que o interessado e seu advogados fossem intimados para o julgamento do mesmo que ocorreria na próxima sessão do CPJ. Em seguida o Dr. Luciano Chagas da Silva propôs, com a

anuência do relator, que fosse distribuísse cópia do relatório para que os Procuradores tomassem conhecimento, antecipadamente do seu conteúdo. A sugestão foi aprovada por unanimidade. Em seguida a reunião foi suspensa por dez minutos. O Procurador Geral de Justiça, Dr. Eduardo Tavares Mendes, pediu para que o Dr. Sérgio Rocha Cavalcanti Jucá, Procurador Geral Substituto, assumisse a presidência dos trabalhos, uma vez que precisava ir ao Aeroporto para receber algumas Procuradores Gerais que estavam chegando para a reunião de amanhã. Retomado os trabalhos, sob a presidência do Dr. Sérgio Rocha Cavalcanti Jucá verificou-se que o Dr. Franscico Sarmento de Azevedo se ausentou da sessão por necessidade pessoal. O Dr. José Artur de Melo pediu a palavra para alertar da necessidade de redefinir as atribuições dos Procuradores de Justiça. Dr. Antiógenes Marques Lira pediu um aparte para dizer que esta era um reivindicação antiga, ainda do tempo em que fazia parte do Colegiado o Dr. Arnoldo Chagas da Silva, quando o problema foi levantado por ele. Disse que esta questão de rever o papel dos Procuradores na 2ª instância cedo ou tarde nós vamos ter que discutir. Dr. José Artur retomou a palavra para afirmar que a Corregedoria tem o dever de fazer um estudo sobre a questão. O Dr. Vicente Felix Correia pediu um aparte para afirmar que a representação que gerou um relatório no Conselho Nacional do Ministério Público do Ministério Público deveu-se ao fato de que o Ministério Público dos outros Estados não estava comparecendo às sessões das Câmara dos Tribunais de Justiça. Em Alagoas não, o Procurador comparece às sessões das Câmaras do Tribunal de Justiça. O Dr. Sérgio Jucá pediu um aparte para dizer que o grande número de processos distribuídos entre os Procuradores nos meses de janeiro e fevereiro deveu-se ao fato de que muitos Procuradores estavam de férias e que nesse período ele próprio e o Dr. Afrânio, Promotor de Justiça convocado, receberam cada qual 36 (trinta e seis) Processos para emitirem parecer. Pela ordem Dr. Vicente Felix sugeriu e foi aprovado, fosse parabenizada a Dra. Catarina Ramalho de Moraes pela sua promoção ao cargo de Desembargadora do Tribunal de Justiça de Alagoas. Não havendo nada mais a ser discutido o Dr. Sérgio Sérgio Rocha Cavalcanti Jucá, Procurador-geral substituto, agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a presente sessão. O áudio completo da sessão está disponível no site htpps://intranet.mp.al.gov.br, na aba Colégio de Procuradores.

EDUARDO TAVARES MENDES
Presidente do CPJ

ANTONIO ARECIPPO DE BARROS TEIXEIRA
Procurador de Justiça

FÁBIO ROCHA CABRAL VASCONCELLOS
Procurador de Justiça

LUCIANO CHAGAS DA SILVA
Procurador de Justiça

FRANCISCO JOSÉ SARMENTO DE AZEVEDO
Procurador de Justiça

GERALDO MAGELA BARBOSA PIRAUÁ
Procurador de Justiça

SÉRGIO ROCHA CAVALCANTI JUCÁ
Procurador de Justiça

WALBER VALENTE DE LIMA
Procurador de Justiça

ANTIÓGENES MARQUES DE LIRA
Procurador de Justiça

DENNIS LIMA CALHEIROS
Procurador de Justiça.

VICENTE FELIX CORREIA
Procurador de Justiça

JOSÉ ARTUR MELO
Procurador de Justiça

AFRÂNIO ROBERTO PEREIRA DE QUEIROZ
Promotor de Justiça/Secretário do Colégio

MINISTÉRIO PÚBLICO DE ALAGOAS
Procuradoria Geral de Justiça
Colégio de Procuradores de Justiça

EXTRATO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DO COLENDO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA, REALIZADA NO DIA 17 DE MARÇO DE 2010.

· DATA: 17.03.2010
· HORA: 15h00m
· LOCAL: Auditório da Procuradoria Geral de Justiça, Dr. Edgar Valente de Lima Filho localizado no 5º andar do edifício Carlos Guido Ferrário Lobo, sede do Ministério Público do Estado de Alagoas, situado na rua Dr. Pedro Jorge Melo e Silva, nº 79, bairro do Poço, nesta cidade de Maceió, capital do Estado de Alagoas.
· PROCURADORES DE JUSTIÇA PRESENTES: Dr. Eduardo Tavares Mendes; Dr. Antônio Arecippo de Barros Teixeira Neto; Dr. Fábio Rocha Cabral de Vasconcellos; Dr. Luciano Chagas da Silva; Dr. Luiz Barbosa Carnaúba; Dr. Sérgio Rocha Cavalcanti Jucá; Dr. Walber José Valente de Lima; Dr. Antiógenes Marques de Lira; Dr. Dennis Lima Calheiros; e Dr. José Artur Melo. Ausentes Dr. Francisco José Sarmento de Azevedo; Dr. Geraldo Magela Barbosa Pirauá; Dr. Lean Antônio Ferreira de Araújo (férias); Dr. Dilmar Lopes Camerino; Dr Vicente Felix Correia e Dr. Artran de Pereira Monte
· PRESIDÊNCIA: Dr. Eduardo Tavares Mendes, Procurador Geral de Justiça.
· SECRETÁRIO: Promotor de Justiça Dr. Afrânio Roberto Pereira de Queiroz.
· DELIBERAÇÃO DE ATA: Havendo número legal o presidente declarou aberta a sessão cumprimentando os Procuradores Presentes, em seguida colocou em discussão e votação da ata da sessão, realizada no dia 11.11.2009, tendo sido aprovada.
· ORDEM DO DIA: Em seguida o presidente solicitou que o Secretário fizesse a leitura da Ordem do dia, constante dos seguintes itens: Julgamento dos recursos Administrativos Proc. N° 001/207 e 002/2007, Relator Dr. Luciano Chagas da Silva com pedido de vista do Dr. Vicente Felix Correia. Julgamento do recurso administrativo Proc. Nº 2200/2009, Relator Dr. Antonio Arecippo de Barros Teixeira Neto; Apreciação do Proc. Nº 2932/2009; Apreciação do Proc. N° 2899/2009; Apreciação do Proc. N° 418/2009; Apreciação de Representação Proc. N° 1345/2009 Apreciação do Proc. Nº 3263/2009 (propostas de modificações); Outros assuntos do interesse do CPJ. O Dr. Eduardo Tavares Mendes retomou a palavra para informar que iria retirar de pauta os seguintes processos: 001/2007 e 002/2007 diante da ausência do Dr. Vicente Felix da Silva que estava com os processos em razão do pedido de vista. Igualmente foram retirados de pauta os processos 2932/2009 e 1345/2009. Continuando o Dr. Eduardo Tavares Mendes solicitou que fosse colocado em pauta, como outro assunto de interesse do CPJ o referendum ao ato por ele assinado que fixou os novos dos subsídios dos membros do Ministério Público de conformidade com os fixados pelo Supremo Tribunal Federal. Em seguida, Dr. Eduardo Tavares Mendes congratulou-se com o Dr. Márcio Roberto Tenório de Albuquerque, por encabeçar com sete votos a lista tríplice elaborada de hoje pelo Conselho Superior do Ministério Público. O aludido promotor deverá ser promovido para o cargo de 1º Procurador de Justiça Criminal, vago com a aposentadoria do Dr. Eduardo Barros Malheiros. Afirmou que a sua presença iria engrandecer o Colegiado. Todos os Procuradores que depois fizeram uso da palavra também se congratularam com o novel Procurador. Em seguida foi iniciado o julgamento do Recurso Administrativo intentado ppelo Dr. Fábio Vasconcelos Barbosa no, Proc. Nº 2200/2009, cujo relator é o Dr. Antônio Arecippo de Barros Teixeira Neto. Fez-se presente à reunião o Dr. Fernando Maciel, na condição de advogado do Promotor de Justiça que tenta através de recurso reverter a decisão que lhe aplicou pena de suspensão. Pela ordem o Dr. Fernando Maciel pediu a palavra para dizer que dispensava a leitura do Relatório, uma vez que o mesmo já fora lido na sessão anterior do CPJ e também que ele havia recebido cópia do relatório juntamente com a intimação para comparecer a esta sessão. O pedido foi aceito, tendo o Dr. Eduardo Tavares Mendes, presidente do CPJ concedido a palavra por 15 (quinze) minutos ao advogado Fernando Maciel para que ele pudesse fazer a defesa oral do Promotor. O Dr. Fernando Maciel fez uso da palavra pelo tempo determinado, alegando em síntese que o trabalho do Promotor em julgamento restou atrasado em face das condições inadequadas colocadas a disposição do Promotor para o desempenho de suas funções. Criticou as condições materiais oferecidas para o desempenho de suas funções e isto teria ocasionado o atraso nos processos em que deveria intervir. Ao final pugnou pelo provimento do recurso para que fosse relevada a pena de suspensão que foi aplicada ao membro do Ministério Público. Fez pedido alternativo de que na hipótese de são serem aceitos os argumentos que fosse aplicada apenas a pena de suspensão espancando a de transferência. Em seguida o Dr. Eduardo Tavares Mendes explicou que o ato de transferência compulsória não fazia parte da pena aplicada, esclarecendo que a transferência é medida que será apreciada pelo Conselho Superior do Ministério Público, onde o Promotor poderá exercitar o direito de ampla defesa. Essa medida, se adotada, esclareceu, visa a atender interesse da administração em face do comportamento do agente ministerial. Feito o esclarecimento o Dr. Eduardo Tavares Mendes abriu a inscrição para os Procuradores que quisessem discutir a matéria no prazo de 03 (três) minutos, nos termos do § 1º do artigo 71, do Regimento Interno do Colégio de Procuradores de Justiça. Pela ordem se inscreveram os Procuradores Sérgio Rocha Cavalcanti Jucá, Luciano Chagas da Silva e José Artur Melo. Todos elogiaram o relatório apresentado e teceram criticas ao Promotor punido. Em seguida o Dr. Antônio Arecippo de Barros Teixeira Neto proferiu o seu voto e negou provimento ao recurso. O Dr. Eduardo Tavares Mendes, então, procedeu a votação nominal dos Procuradores presentes que seguiram o voto do Relator. Proclamado o resultado, o recurso foi improvido por unanimidade. Dando continuidade a sessão foram escolhidos os relatores dos Processos n. 2899/2009 sendo indicado o Procurador Luciano Chagas da Silva; Proc. 418/2009 foi indicado o Procurador Fábio Rocha Cabral de Vasconcellos. Dando continuidade aos trabalhos o Procurador Geral de Justiça submeteu ao Colegiado para ser referendado o ato administrativo que concedeu aumento dos subsídios dos membros do Ministério Público, explicando que neste mês será pago com o aumento de 9.25% (nove ponto vinte e cinco por cento) e o atrasado referente ao mês de fevereiro e assim sucessivamente até atingir o mês de setembro pretérito. O ato foi referendado por unanimidade. Em seguida, ausentou-se da reunião devido o adiantado da hora e compromissos assumidos, os Procuradores Sérgio Rocha Cavalcanti Jucá e Luiz Barbosa Carnaúba, fato que acarretou ausência de quorum para decidir sobre qualquer matéria. Mesmo assim o Dr. Fábio Rocha Cabral de Vasconcellos solicitou ao Presidente que permitisse fazer a leitura da sua proposta de modificações a serem feitas no auditório da Procuradoria Geral de Justiça, apresentadas através do Proc. n. 3263/2009. Explicou que a sua proposta tem como objetivo fazer observar o protocolo no interior daquele auditório. Para isso está sugerindo que o nome dado ao auditório "Procurador de Justiça Edgar Valente de Lima Filho" fosse colocado na entrada do auditório, deixando na parede que fica às costas de quem está ocupando a mesa dos trabalhos, apenas o crucifixo. A questão ficou para ser discutida e votada na próxima sessão do CPJ. Pela ordem o Dr. Luciano Chagas da Silva sugeriu que o Coleio se reunisse amanhã, extraordinariamente, para dar posse ao Dr. Marcio Roberto Tenório de Albuquerque novel Procurador de Justiça escolhido hoje na reunião do Conselho Superior do Ministério Público. O Procurador Geral ap´rovou a sugestão e convidou aos Procuradores para que se fizessem presentes amanhã para posse do Dr. Márcio Roberto Tenório de Albuquerque. Nada mais havendo para ser discutido o presidente deu por encerrada a presente sessão. O áudio completo da sessão está disponível no site htpps://intranet.mp.al.gov.br, na aba Colégio de Procuradores.

EDUARDO TAVARES MENDES
Presidente do CPJ

ANTONIO ARECIPPO DE BARROS TEIXEIRA NETO
Procurador de Justiça

FÁBIO ROCHA CABRAL VASCONCELLOS
Procurador de Justiça

LUCIANO CHAGAS DA SILVA
Procurador de Justiça

LUIZ BARBOSA CARNAÚBA
Procurador de Justiça

SÉRGIO ROCHA CAVALCANTI JUCÁ
Procurador de Justiça

WALBER JOSÉ VALENTE DE LIM
Procurador de Justiça

ANTIÓGENES MARQUES DE LIRA
Procurador de Justiça

DENNIS LIMA CALHEIROS
Procurador de Justiça.

JOSÉ ARTUR MELO
Procurador de Justiça

AFRÂNIO ROBERTO PEREIRA DE QUEIROZ
Promotor de Justiça/Secretário do Colégio

CORREGEDORIA-GERAL
DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE ALAGOAS

O Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público do Estado de Alagoas, Doutor ANTIOGENES MARQUES DE LIRA, despachou o seguinte processo:

Proc. PGJ N. 510/2010 – Sindicância Disciplinar N. 02/2010.
EXTRATO DA DECISÃO: Não havendo qualquer indício de falta ou omissão do sindicado, determino o arquivamento do feito, antes porém, deve ser juntado aos autos cópia do relatório de correição.
Publique-se, intime-se e cumpra-se.
Maceió, 09 de junho de 2010.

ANTIOGENES MARQUES DE LIRA
Corregedor-Geral substituto

EXTRATO DA ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE ALAGOAS

Aos 19 (dezenove) dias do mês de maio de 2010, na Sala Dr. Joubert Câmara Scala, sob a Presidência do Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral de Justiça Eduardo Tavares Mendes, realizou-se a 8ª Reunião Ordinária do egrégio Conselho Superior do Ministério Público de Alagoas, do aludido ano, presente o Excelentíssimo Senhor Corregedor Geral do Ministério Público Dr. Francisco José Sarmento de Azevedo, bem como os Excelentíssimos Conselheiros Dr. Sérgio Rocha Cavalcanti Jucá, Dr. Antiogenes Marques de Lira e Dennis Lima Calheiros, ausentes justificadamente os Drs. Antônio Arecippo de Barros Teixeira Neto e Dilmar Lopes Camerino. Havendo quorum foi declarada aberta a sessão pelo Presidente, oportunidade em que cumprimentou a todos bem como manifestou satisfação pelas presenças. A Ata da 7ª Reunião Ordinária de 2010, foi submetida à apreciação do Colegiado, tendo sido aprovada sem ressalva. Em seguida foi determinada a leitura da Ordem do Dia, que após efetivada se deu início a sua apreciação, da forma seguinte: os trabalhos: Para conhecimento: Ofício n. 032/2010/2º PJCEDMA/MPE/AL – Origem: Promotoria de Justiça Coletiva Especializada de Defesa do Meio Ambiente da Capital – Assunto: comunicar a instauração de procedimento preparatório contra o município de Maceió, em face de representação formulada por moradores da Rua Rodrigues Alves, Poço, informando a precariedade do sistema municipal de saneamento básico de águas pluviais, causando alagamentos em vias públicas. Deliberação: conhecido, foi determinado o arquivamento. Nessa oportunidade o Corregedor Geral do Ministério Público, deu conhecimento ao Presidente e demais integrantes do Conselho a urgente necessidade de se ausentar do reunião para tratar de assuntos ligados à Corregedoria, razão porque solicitou inversão da Pauta no sentido de que fosse apreciado em primeiro lugar o item 43, que trata do pedido de Remoção formulado pelo Dr. Luiz Tenório Oliveira de Almeida, no que foi atendido: Para Remoção: Processo n. 1271/2010. Interessado: Luiz Tenório Oliveira de Almeida. Assunto: requerendo remoção para a Comarca de São José da Tapera, pelo critério de Antiguidade. Na oportunidade utilizaram da palavra o Dr. Eduardo Tavares Mendes e o Dr. Sérgio Rocha Cavalcanti Jucá, oportunidade em que teceram elogios à pessoa do Dr. Luiz Tenório, assim como desejaram ao mesmo sucesso na nova missão. Deliberação: conhecido o pleito, por atender às formalidades legais, foi deferido. O Dr. Francisco José Sarmento de Azevedo, se absteve de votar, ao argumento de que presidiu anteriormente um procedimento administrativo instaurado em desfavor do requerendo. Para deliberação. Processo PGJ n. 2789/2010 Origem: Promotoria de Justiça Coletiva da Fazenda Pública Municipal. Interessado: Prefeitura Comunitária da 5ª Região. Assunto: Requerendo providências. Relator: Dr. Sérgio Rocha Cavalcanti Jucá. Deliberação: Deliberação: conhecida a matéria do pedido e homologada a promoção de arquivamento formulada pela Promotoria de Justiça de Origem; Em seguida o Dr. Sérgio Rocha Cavalcanti Jucá pediu vênia a seus pares para não apresentar seus votos-vista manejados em 05(cinco) processos que estão em seu poder, pela ausência dos ilustres Conselheiros/Relatores, porém fará a leitura de um dos referidos votos, apenas para dar conhecimento ao

Colegiado da relevância e gravidade da matéria, o fazendo de imediato. Processo PGJ n. 34/2010 Origem: Promotoria de Justiça Coletiva da Fazenda Pública Estadual. Interessado: Candidatos eliminados. Assunto: concurso SEE/Monitoria. Relator: Dr. Dr. Dilmar Lopes Camerino; Processo PGJ n. 298/2009 Origem: Promotoria de Justiça Coletiva da Fazenda Pública Estadual. Interessado: Candidatos eliminados. Assunto: concurso SEE/Monitoria. Relator: Dr. Dr. Dilmar Lopes Camerino; Processo PGJ n. 19/2010 Origem: Promotoria de Justiça Coletiva da Fazenda Pública Estadual. Interessado: Candidatos eliminados. Assunto: concurso SEE/Monitoria. Relator: Dr. Dilmar Lopes Camerino; Processo PGJ n. 34/2010 Origem: Promotoria de Justiça Coletiva da Fazenda Pública Estadual. Interessado: Candidatos eliminados. Assunto: concurso SEE/Monitoria. Relator: Dr. Dilmar Lopes Camerino; Processo PGJ n. 15/2010 Origem: Promotoria de Justiça Coletiva da Fazenda Pública Estadual. Interessado: Candidatos eliminados. Assunto: concurso SEE/Monitoria. Relator: Dr. Dr. Dilmar Lopes Camerino; Processo PGJ n. 14/2010 Origem: Promotoria de Justiça Coletiva da Fazenda Pública Estadual. Interessado: Candidatos eliminados. Assunto: concurso SEE/Monitoria. Relator: Dr. Dilmar Lopes Camerino; Processo PGJ n. 31/2010 Origem: Promotoria de Justiça Coletiva da Fazenda Pública Estadual. Interessado: Candidatos eliminados. Assunto: concurso SEE/Monitoria. Relator: Dr. Dilmar Lopes Camerino; Processo PGJ n. 28/2010 . Origem: Promotoria de Justiça Coletiva da Fazenda Pública Estadual. Interessado: Candidatos Eliminados. Assunto: Concurso do SEE/Monitoria. Relator: Dr. Dr. Dilmar Lopes Camerino; Processo PGJ n. 35/2010 Origem: Promotoria de Justiça Coletiva da Fazenda Pública Estadual. Interessado: Candidatos eliminados. Assunto: concurso SEE/Monitoria. Relator: Dr. Dilmar Lopes Camerino; Processo PGJ n. 3368/2006. Origem: Promotoria de Justiça Coletiva da Fazenda Pública Estadual. Interessado: Fórum Pela Moralização Eleitoral em Alagoas . Assunto: Requer providências . Relator: Dr. Dr. Dilmar Lopes Camerino; Processo PGJ n. 127/2005 Origem: Promotoria de Justiça Coletiva da Fazenda Pública Estadual. Interessado: União dos Militares de Alagoas . Assunto: Requerendo providências . Relator: Dr. Dilmar Lopes Camerino; Processo PGJ n. 116/05 . Origem: Promotoria de Justiça Coletiva da Fazenda Pública Estadual. Interessado: Diretor do 1º CAO/MP . Assunto: Encaminhando documentos . Relator: Dr. Dr. Dilmar Lopes Camerino; Processo PGJ n.06/07 . Origem: Promotoria de Justiça Coletiva da Fazenda Pública Estadual. Interessado: Sr. Jorge Gesteira Vaz de Carvalho . Assunto: Solicitação de providências contra a PM e o DETRAN . Relator: Dr. Dilmar Lopes Camerino; Processo PGJ n.2/2009 . Origem: Promotoria de Justiça Coletiva da Fazenda Pública Estadual. Interessado: Deputado Estadual Temóteo Correia . Assunto: Requer cópia de material . Relator: Dr. Dilmar Lopes Camerino; Processo PGJ n. 472/2008 . Origem: Promotoria de Justiça Coletiva da Fazenda Pública Estadual. Interessado: Cartório Eleitoral da 2ª Zona . Assunto: Encaminhando ofício . Relator: Dr. Dr. Dilmar Lopes Camerino; Processo PGJ n.971/2009 . Origem: Promotoria de Justiça Coletiva da Fazenda Pública Estadual. Interessado: Sindicato dos Médicos do Estado de Alagoas . Assunto: Encaminhando documentos e solicita apoio . Relator: Dr. Dilmar Lopes Camerino; Processo PGJ n. 867/2009. Origem: Promotoria de Justiça Coletiva da Fazenda Pública Estadual. Interessado: Procuradoria da República no Estado de Alagoas . Assunto: Encaminhando documentos e requerendo providências . Relator: Dr. Dilmar Lopes Camerino; Processo PGJ n. 1809/2009. Origem: Promotoria de Justiça Coletiva da Fazenda Pública Estadual. Interessado: Fórum de Combate a Corrupção de Alagoas. Assunto: Requer providências . Relator: Dr. Dilmar Lopes Camerino; Processo PGJ n.511/2009. Origem: Promotoria de Justiça Coletiva da Fazenda Pública Estadual. Interessado: Juízo de Direito da 16ª Vara Cível da Capital . Assunto: Encaminhando documento . Relator: Dr. Dilmar Lopes Camerino; Processo PGJ n. 92/2007. Origem: Promotoria de Justiça Coletiva da Fazenda Pública Estadual. Interessado: Procuradoria Regional do Trabalho da 19ª Região. Assunto: Encaminhando documentos . Relator: Dr. Dilmar Lopes Camerino; Processo PGJ n. 3082/2006 . Origem: Promotoria de Justiça Coletiva da Fazenda Pública Estadual. Interessado: Fórum pela Moralização Eleitoral em Alagoas. Assunto: Encaminhando representação . Relator: Dr. Dilmar Lopes Camerino. Deliberação: todos retirados de paute. Processo PGJ n.000194/04. Origem: Promotoria de Justiça Coletiva Especializada de Defesa do Meio Ambiente da Capital. Interessado(a,s): Moradores da Chã do Bebedouro. Assunto: Poluição sonora pelas Igrejas Relator: Dr. Dennis Lima Calheiros. Deliberação: conhecida a matéria do pedido e homologada a promoção de arquivamento formulada pela Promotoria de Justiça de Origem; Processo PGJ n. 2820/2009. Origem: Promotoria de Justiça Coletiva Especializada de Defesa do Meio Ambiente da Capital. Interessado(a,s): Aristides Moreira de Castro Neto. Assunto: Requerendo providências. Relator: Dr. Dennis Lima Calheiros. Deliberação: conhecida a matéria do pedido e homologada a promoção de arquivamento formulada pela Promotoria de Justiça de Origem; Processo PGJ n. 154/2009.Origem: Promotoria de Justiça Coletiva da Fazenda Pública Estadual. Interessado(a,s): Promotoria de Justiça de Quebrângulo. Assunto: Falta de Transporte Escolar. Relator: Dr. Dennis Lima Calheiros. Deliberação: conhecida a matéria do pedido e homologada a promoção de arquivamento formulada pela Promotoria de Justiça de Origem, bem como determinada a sua devolução para o acompanhamento da fase de execução; Processo PGJ n. 263/2009. Origem: Promotoria de Justiça Coletiva da Fazenda Pública Estadual. Interessado(a,s): Ministério Público Estadual. Assunto: Denúncia de situação irregular na Secretaria de Educação. Relator: Dr. Dennis Lima Calheiros. Deliberação: conhecida a matéria do pedido e homologada a promoção de arquivamento formulada pela Promotoria de Justiça de Origem, bem como determinada a sua devolução para o acompanhamento da fase de execução; Processo PGJ n. 02/2009. Origem: Promotoria de Justiça Coletiva da Fazenda Pública Estadual. Interessado(a,s): Ministério Público. Assunto: Denúncia contra a Gestão do Governador Ronaldo Lessa. Relator: Dr. Dennis Lima Calheiros. Deliberação: conhecida a matéria do pedido e homologada a promoção de arquivamento formulada pela Promotoria de Justiça de Origem; Processo PGJ n. 219/2006. Origem: Promotoria de Justiça Coletiva da Fazenda Pública Estadual. Interessado(a,s): Comerciantes da CEASA. Assunto: Transferência da CEASA para outra localidade. Relator: Dr. Dennis Lima Calheiros. Deliberação: conhecida a matéria do pedido e homologada a promoção de arquivamento formulada pela Promotoria de Justiça de Origem; Processo PGJ n. 1928/2008.Origem: Promotoria de Justiça Coletiva Especializada de Defesa do Meio Ambiente da Capital. Interessado(a,s):Secretaria Municipal de Proteção ao Meio Ambiente. Assunto: Encaminhando cópia de processo. Relator: Dr. Dennis Lima Calheiros. Deliberação: conhecida a matéria do pedido e homologada a promoção de arquivamento formulada pela Promotoria de Justiça de Origem, com remessa de cópia dos autos à Corregedoria; Processo PGJ n.09/2002. Origem: Promotoria de Justiça Coletiva da Fazenda Pública Estadual. Interessado(a,s): Moradores do Bairro do Feitosa. Assunto: Requerendo providências. Relator: Dr. Dennis Lima Calheiros; Processo PGJ n. 378/2010. Origem: Promotoria de Justiça Coletiva Especializada de Defesa do Meio Ambiente da Capital. Interessado(a,s): Secretaria Municipal de Defesa do Meio Ambiente. Assunto:Encaminhando cópia de processo. Relator: Dr. Dennis Lima Calheiros. Deliberação: conhecida a matéria do pedido e homologada a promoção de arquivamento formulada pela Promotoria de Justiça de Origem, com remessa de cópia à Corregedoria; Processo PGJ n. 748/2010.Origem: Promotoria de Justiça Coletiva Especializada de Defesa do Meio Ambiente da Capital. Interessado(a,s): Batalhão de Polícia Ambiental. Assunto: Encaminhando documentos. Relator: Dr. Dennis Lima Calheiros. Deliberação: não conhecido, bem como determinada a remessa à Procuradoria da República, via promotoria de origem; Processo PGJ n. 2215/2009. Origem: Promotoria de Justiça Coletiva Especializada de Defesa do Meio Ambiente da Capital. Interessado(a,s): Núcleo de Educação Ambiental Francisco de Assis. Assunto: Requer providências. Relator: Dr. Dennis Lima Calheiros. Deliberação: não conhecido, bem como determinada a remessa à Procuradoria da República, via promotoria de origem durante a discussão do voto do relator, se manifestou no sentido de louvar o entendimento do Dr. Denis Lima Calheiros. O Dr. Sérgio Rocha Cavalcanti Jucá, durante a fase de discussão do voto do relator, louvou o entendimento do Dr. Dennis Lima Calheiros em determinar que a Promotoria de origem faça a remessa do autos à Procuradoria da República, que em caso de rejeição ocorrerá o conflito de atribuições a ser solucionado em sede própria; Processo PGJ n. 1057/2008. Origem: Promotoria de Justiça Coletiva Especializada de Defesa do Meio Ambiente da Capital. Interessado(a,s): Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos. Assunto: Encaminhando denúncia. Relator: Dr. Dennis Lima Calheiros. Deliberação: convertido em diligência. Deliberação: retirado de pauta; Processo PGJ n. 40/2010. Origem: Promotoria de Justiça Coletiva da Fazenda Pública Estadual. Interessado(a,s): Candidatos eliminados. Assunto: Concurso do SEE – Monitoria. Relator: Dr. Dennis Lima Calheiros. Deliberação: convertido em diligência; Processo PGJ n. 81/2009. Origem: Promotoria de Justiça Coletiva da Fazenda Pública Estadual. Interessado(a,s): Ministério Público Estadual. Assunto: Adequação do número de professores e alunos na UNEAL. Relator: Dr. Dennis Lima Calheiros. Deliberação: conhecida a matéria do pedido e homologada a promoção de arquivamento formulada pela Promotoria de Justiça de Origem; Processo PGJ n. 68/2009.Origem: Promotoria de Justiça Coletiva da Fazenda Pública Estadual. Interessado(a,s): Alunos da UNEAL. Assunto: Falta de professores no curso de Administração Pública. Relator: Dr. Dennis Lima Calheiros. Deliberação: conhecida a matéria do pedido e homologada a promoção de arquivamento formulada pela Promotoria de Justiça de Origem; Ofício n. 05 . Origem: 8º Procurador de Justiça Criminal – Conselheiro do CSMP. Assunto: Proposta de Assento. Deliberação: aprovada por unanimidade a proposta de Assento formulada pelo Dr. Antiogenes Marques de Lira, cujo texto original foi modificado por sugestão do Dr. Sérgio Rocha Cavalcanti Jucá. Nada mais havendo a ser deliberado, o Presidente declarou encerrada a presente sessão do egrégio Conselho Superior do Ministério Público de Alagoas, determinando a lavratura desta ata, a qual após lida e aprovada vai por mim assinada, bem como pelos Excelentíssimos Senhores Procuradores de Justiça presentes.

Eduardo Tavares Mendes Márcio Roberto Tenório de Albuquerque
Presidente Procurador de Justiça/Secretário do CSM

EXTRATO DA ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE ALAGOAS

Aos 02 (dois) dias do mês de junho de 2010, na Sala Dr. Joubert Câmara Scala, sob a Presidência do Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral Substituto Dr. Sérgio Rocha Cavalcanti Jucá, realizou-se a 9ª Reunião Ordinária do egrégio Conselho Superior do Ministério Público de Alagoas, do aludido ano, presente o Excelentíssimo Senhor Corregedor Geral Substituto Dr. Antiogenes Marques de Lira, bem como os Excelentíssimos Conselheiros Dr. Antônio Arecippo de Barros Teixeira Neto, Dr. Dilmar Lopes Camerino e Dr. Dennis Lima Calheiros, ausentes justificadamente o Procurador-Geral de Justiça e o Corregedor Geral do Ministério Público. Havendo quorum foi declarada aberta a sessão pelo Presidente em exercício, oportunidade em que cumprimentou a todos bem como manifestou satisfação pelas presenças. A Ata da 8ª Reunião Ordinária de 2010, deixou para ser apreciada na reunião subsequente, tendo em vista que nem todos os integrantes do Colegiado tiveram acesso a mesma anteriormente. Em seguida foi determinada a leitura da Ordem do Dia, que após efetivada foi dado início a sua apreciação, da forma seguinte: Para Conhecimento: Ofício n. 0180/2010 -MPE/AL – Origem: 1ª e 2ª Promotorias de Justiça de Rio Largo – Assunto: comunicar a instauração de Inquérito Civil n. 001/2010, a fim de realizar monitoramento de gastos públicos no município de Rio Largo. Deliberação: tomou-se conhecimento e foi determinado o arquivamento; Ofício n. 357/10 - PCFPE – Origem: Promotoria de Justiça Coletiva da Fazenda Pública Estadual – Assunto: comunicar a instauração de Procedimento Administrativo Preliminar n. 001/2010, objetivando apurar a contratação irregular de servidores públicos no âmbito da UNCISAL. Deliberação: tomou-se conhecimento e foi determinado o arquivamento; Ofício 1º CPMA n. 158/10. Origem: Promotorias de Justiça Coletiva Especializada de Defesa do Meio Ambiente – Assunto: remessa de cópia de Ação Civil Pública intentada contra o município de Maceió, haja vista os constantes alagamentos na região da Rua Miguel Palmeira, bem como o risco de queda de barreiras no desemboco da galeria. Deliberação: tomou-se conhecimento e foi determinado o arquivamento; Ofício n. 361/2010. Origem: Promotorias de Justiça Coletiva da Fazenda Pública Estadual – Assunto: comunica a expedição de Notificação recomendatória, objetivando apurar a contratação irregular de servidores públicos no âmbito da ARSAL. Deliberação: tomou-se conhecimento e foi determinado o arquivamento; Ofício 1º CPMA n. 358/10. Origem: Promotoria de Justiça Coletiva da Fazenda Pública Estadual – Assunto: comunica a instauração de Procedimento Preparatório, objetivando apurar a contratação irregular de servidores públicos no âmbito da ARSAL. Deliberação: tomou-se conhecimento e foi determinado o arquivamento; Ofício n. 371/10 - PCFMPE/AL – Origem: Promotoria de Justiça da Fazenda Pública Estadual – Assunto: comunicar a instauração de Inquérito Civil n. 003/2010, objetivando apurar supostas irregularidades relacionadas à contratação de pessoal no âmbito da Secretaria Estadual de Ciência, Tecnologia, e da Inovação de Alagoas. Deliberação: tomou-se conhecimento e foi determinado o arquivamento; Processo PGJ n. 3308/2009. Origem: Promotoria de Justiça Coletiva da Fazenda Pública Estadual – Assunto: comunica a instauração de Procedimento Preparatório, objetivando apurar irregularidade da Verba de Gabinete âmbito do Poder Legislativo Estadual. Deliberação: tomou-se conhecimento e foi determinado o arquivamento; Ofício n. 383/10 . Origem: Promotoria de Justiça Coletiva da Fazenda Pública Estadual – Assunto: comunica a instauração de Inquérito Civil Público, objetivando apurar supostas irregularidades perpetradas na construção da Escola Fazendária do Estado de Alagoas. Deliberação: tomou-se conhecimento e foi determinado o arquivamento; Ofício n. 381/10 . Origem: Promotoria de Justiça Coletiva da Fazenda Pública Estadual – Assunto: comunica a expedição de Notificação Recomendatória, objetivando sanar irregularidades existentes no serviço de transporte complementar intermunicipal de passageiros do Estado de Alagoas. Deliberação: tomou-se conhecimento e foi determinado o arquivamento; Ofício n. 375/10. Origem: Promotoria de Justiça Coletiva da Fazenda Pública Estadual – Assunto: comunica a instauração de Inquérito Civil Público, objetivando apurar supostas irregularidades ocorridas no procedimento licitatório concernente à execução das obras e serviços de restauração e duplicação da Rodovia AL-101 Sul. Deliberação: tomou-se conhecimento e foi determinado o arquivamento; Ofício n. MPSJL 18/10. Origem: Promotoria de Justiça de São José da Lage – Assunto: comunica a instauração de Inquérito Civil Público, objetivando apurar suposta prática de improbidade administrativa pelo Prefeito e Vice-Prefeito de São José da Lage. Deliberação: tomou-se conhecimento e foi determinado o arquivamento. Pedido de inversão da Pauta: o Dr. Dilmar Lopes Camerino, alegando necessitar se ausentar para comparecer ao consultório de seu médico, solicitou a inversão da Pauta, no que foi atendido, ouvido o colegiado. Para deliberação: O presidente, Dr. Sérgio Jucá, disse que pediu vistas dos processos PGJ. nss. 120/09 e 1.069/08, solicitando a vênia dos companheiros para apresentar o seu voto, divergente do voto do relator: Deliberação: conhecida e homologada a promoção de arquivamento contra o voto do Conselheiro Sérgio Jucá, que entendia, diante dos novos elementos de provas encaminhados ao MP-Al pelo presidente do Inquérito Policial, que apurou os fatos concernentes à Operação Taturana, devesse o feito em julgamento ficar sobrestado ou a ilustre Relatoria solicitar informações complementares ao Dr. Jamil Gonçalves, a respeito da propositura de Ação Civil Pública contra o Sr. Cícero Almeida, Prefeito de Maceió. Na oportunidade o Conselheiro Antiogenes Marques de Lira se manifestou: considerando que nos autos do processo em julgamento n. 120/09 e 1069/08, consta apenas, em recortes de jornais e em outro nem isso, e considerando, ainda, a informação prestada pelo Conselheiro Sérgio Jucá, de que a matéria é objeto de investigação em outro Processo Administrativo a cargo de Promotor da Fazenda Pública Estadual, acompanho o voto do relator. O Dr. Denis Calheiros se manifestou acompanhando, na íntegra, o voto do Dr. Antiogenes Marques de Lira. O Dr. Dilmar disse acompanhar as observações feitas pelo Dr. Antiogenes, e acrescentou, ainda, que em se tratando de procedimento administrativo que não faz coisa julgada, podendo ser reaberto em caso de existência de novas provas, não obstaculizando qualquer ação do representante do Ministério Público, e porque acompanha em todos os seus

termos o voto do relator..Processo PGJ n. 34/2010 Origem: Promotoria de Justiça Coletiva da Fazenda Pública Estadual. Interessado: Candidatos eliminados. Assunto: concurso SEE/Monitoria. Relator: Dr. Dilmar Lopes Camerino. Deliberação: conhecido e homologado o arquivamento promovido pela Promotoria de Justiça de Origem; Processo PGJ n. 298/2009 Origem: Promotoria de Justiça Coletiva da Fazenda Pública Estadual. Interessado: Candidatos eliminados. Assunto: concurso SEE/Monitoria. Relator: Dr. Dilmar Lopes Camerino. Deliberação: conhecido e homologado o arquivamento promovido pela Promotoria de Justiça de Origem; Processo PGJ n. 19/2010 Origem: Promotoria de Justiça Coletiva da Fazenda Pública Estadual. Interessado: Candidatos eliminados. Assunto: concurso SEE/Monitoria. Relator: Dr. Dilmar Lopes Camerino. Deliberação: conhecido e homologado o arquivamento promovido pela Promotoria de Justiça de Origem; Processo PGJ n. 15/2010 Origem: Promotoria de Justiça Coletiva da Fazenda Pública Estadual. Interessado: Candidatos eliminados. Assunto: concurso SEE/Monitoria. Relator: Dr. Dilmar Lopes Camerino. Deliberação: conhecido e homologado o arquivamento promovido pela Promotoria de Justiça de Origem; Processo PGJ n. 14/2010 Origem: Promotoria de Justiça Coletiva da Fazenda Pública Estadual. Interessado: Candidatos eliminados. Assunto: concurso SEE/Monitoria. Relator: Dr. Dilmar Lopes Camerino. Deliberação: conhecido e homologado o arquivamento promovido pela Promotoria de Justiça de Origem; Processo PGJ n. 31/2010 Origem: Promotoria de Justiça Coletiva da Fazenda Pública Estadual. Interessado: Candidatos eliminados. Assunto: concurso SEE/Monitoria. Relator: Dr. Dilmar Lopes Camerino. Deliberação: conhecido e homologado o arquivamento promovido pela Promotoria de Justiça de Origem; Processo PGJ n. 28/2010. Origem: Promotoria de Justiça Coletiva da Fazenda Pública Estadual. Interessado: Candidatos Eliminados. Assunto: Concurso do SEE/Monitoria . Relator: Dr. Dr. Dilmar Lopes Camerino. Processo PGJ n. 35/2010 Origem: Promotoria de Justiça Coletiva da Fazenda Pública Estadual. Interessado: Candidatos eliminados. Assunto: concurso SEE/Monitoria. Relator: Dr. Dilmar Lopes Camerino. Deliberação: conhecido e homologado o arquivamento promovido pela Promotoria de Justiça de Origem; Processo PGJ n. 3368/2006. Origem: Promotoria de Justiça Coletiva da Fazenda Pública Estadual. Interessado: Fórum Pela Moralização Eleitoral em Alagoas . Assunto: Requer providências. Relator: Dr. Dr. Dilmar Lopes Camerino. Deliberação: não foi apreciado porque o Dr. Sérgio Rocha Cavalcanti Jucá pediu vista dos autos; Processo PGJ n. 127/2005 . Origem: Promotoria de Justiça Coletiva da Fazenda Pública Estadual. Interessado: União dos Militares de Alagoas. Assunto: Requerendo providências. Relator: Dr. Dilmar Lopes Camerino. Deliberação: conhecido e homologado o arquivamento promovido pela Promotoria de Justiça de Origem, bem como foi determinada a remessa de cópia dos autos à corregedoria, para que sejam tomadas as medidas cabíveis; Processo PGJ n. 116/05 . Origem: Promotoria de Justiça Coletiva da Fazenda Pública Estadual. Interessado: Diretor do 1º CAO/MP. Assunto: Encaminhando documentos . Relator: Dr. Dr. Dilmar Lopes Camerino. Deliberação: conhecido e, por maioria de votos, foi homologado o arquivamento promovido pela Promotoria de Justiça de Origem, com remessa de cópia dos autos à Corregedoria geral de Justiça, para que sejam tomadas as medidas cabíveis;Processo PGJ n. 06/07. Origem: Promotoria de Justiça Coletiva da Fazenda Pública Estadual. Interessado: Sr. Jorge Gesteira Vaz de Carvalho . Assunto: Solicitação de providências contra a PM e o DETRAN . Relator: Dr. Dilmar Lopes Camerino. Deliberação: conhecido e homologado o arquivamento promovido pela Promotoria de Justiça de Origem, bem como foi determinada a remessa de cópia dos autos à corregedoria, para que sejam tomadas as medidas cabíveis; Processo PGJ n. 2/2009 . Origem: Promotoria de Justiça Coletiva da Fazenda Pública Estadual. Interessado: Deputado Estadual Temóteo Correia. Assunto: Requer cópia de material. Relator: Dr. Dilmar Lopes Camerino. Deliberação: conhecido e homologado o arquivamento promovido pela Promotoria de Justiça de Origem; Processo PGJ n. 472/2008 . Origem: Promotoria de Justiça Coletiva da Fazenda Pública Estadual. Interessado: Cartório Eleitoral da 2ª Zona. Assunto: Encaminhando ofício . Relator: Dr. Dr. Dilmar Lopes Camerino. Deliberação: conhecido e homologado o arquivamento promovido pela Promotoria de Justiça de Origem; Processo PGJ n. 971/2009 . Origem: Promotoria de Justiça Coletiva da Fazenda Pública Estadual. Interessado: Sindicato dos Médicos do Estado de Alagoas. Assunto: Encaminhando documentos e solicita apoio . Relator: Dr. Dilmar Lopes Camerino. Deliberação: conhecido e homologado o arquivamento promovido pela Promotoria de Justiça de Origem; Processo PGJ n. 867/2009. Origem: Promotoria de Justiça Coletiva da Fazenda Pública Estadual. Interessado: Procuradoria da República no Estado de Alagoas. Assunto: Encaminhando documentos e requerendo providências. Relator: Dr. Dilmar Lopes Camerino. Deliberação: conhecido e homologado o arquivamento promovido pela Promotoria de Justiça de Origem; Processo PGJ n. 1809/2009. Origem: Promotoria de Justiça Coletiva da Fazenda Pública Estadual. Interessado: Fórum de Combate a Corrupção de Alagoas. Assunto: Requer providências. Relator: Dr. Dilmar Lopes Camerino. Deliberação: conhecido e homologado o arquivamento promovido pela Promotoria de Justiça de Origem; Processo PGJ n.511/2009. Origem: Promotoria de Justiça Coletiva da Fazenda Pública Estadual. Interessado: Juízo de Direito da 16ª Vara Cível da Capital. Assunto: Encaminhando documento. Relator: Dr. Dilmar Lopes Camerino. Deliberação: não foi apreciado porque o Dr. Sérgio Rocha Cavalcanti Jucá pediu vista dos autos; Processo PGJ n. 92/2007. Origem: Promotoria de Justiça Coletiva da Fazenda Pública Estadual. Interessado: Procuradoria Regional do Trabalho da 19ª Região. Assunto: Encaminhando documentos . Relator: Dr. Dilmar Lopes Camerino. Deliberação: conhecido e homologado o arquivamento promovido pela Promotoria de Justiça de Origem; Processo PGJ n. 3082/2006 . Origem: Promotoria de Justiça Coletiva da Fazenda Pública Estadual. Interessado: Fórum pela Moralização Eleitoral em Alagoas. Assunto: Encaminhando representação . Relator: Dr. Dilmar Lopes Camerino. Deliberação: conhecido e homologado o arquivamento promovido pela Promotoria de Justiça de Origem, bem como foi determinada a remessa de cópia dos autos à corregedoria, para que sejam tomadas as medidas cabíveis. Em seguida o Dr. Dilmar Lopes Camerino se despediu dos integrantes do colegiado e retirou-se da reunião, que prosseguiu sem a sua presença em razão de haver quorum suficiente. Processo PGJ n. 67/10. Origem: Promotoria de Justiça Coletiva da Fazenda Pública Estadual. Interessado: FNDE. Assunto: encaminhamento de arquivo referente ao pagamento dos programas do FNDE . Relator: Dr. Antônio Arecippo de Barros Teixeira Neto. Deliberação: conhecido e homologado o arquivamento promovido pela Promotoria de Justiça de Origem; Processo PGJ n. 207/2008 . Origem: Promotoria de Justiça Coletiva da Fazenda Pública Estadual. Interessado: Ministério Público. Assunto: possíveis irregularidades nos contratos de locação de veículos firmados entre a CASAL e empresas privadas. Relator: Dr. Antônio Arecippo de Barros Teixeira Neto. Deliberação: conhecido e homologado o arquivamento, bem como determinada a remessa de cópia dos autos a autoridade policial competente para que seja instaurado inquérito policial. Processo PGJ n. 127/09. Origem: Promotoria de Justiça Coletiva da Fazenda Pública Estadual. Interessado: José Gilvan. Assunto: inclusão de 80 crianças em turmas da 1ª série a serem implementadas na Escola Estadual Professora Josefa Conceição da Costa. Relator: Dr. Antônio Arecippo de Barros Teixeira Neto. Deliberação: conhecido e homologado o arquivamento promovido pela Promotoria de Justiça de Origem; Processo PGJ n. 137/2009. Origem: Promotoria de Justiça Coletiva da Fazenda Pública Estadual. Interessado: Superintendência da Receita Estadual de Alagoas. Assunto: encaminhando documentos e requerendo providências. Relator: Dr. Antônio Arecippo de Barros Teixeira Neto. Deliberação: conhecido e homologado o arquivamento promovido pela Promotoria de Justiça de Origem; Processo PGJ n. 1017/2006. Origem: Promotoria de Justiça Coletiva da Fazenda Pública Estadual. Interessado: Quésia Firmino da Silva. Assunto: requer providências. Relator: Dr. Antônio Arecippo de Barros Teixeira Neto. Deliberação: retirado de pauta; Processo PGJ n. 325/2009. Origem: Promotoria de Justiça Coletiva da Fazenda Pública Estadual. Interessado: FUNDEB. Assunto: indicadores educacionais SIOPE. Relator: Dr. Antônio Arecippo de Barros Teixeira Neto. Deliberação: conhecido e homologado o arquivamento promovido pela Promotoria de Justiça de Origem; Processo PGJ n. 275/09. Origem: Promotoria de Justiça Coletiva da Fazenda Pública Estadual. Interessado: Ministério Público Estadual. Assunto: atraso no pagamento dos servidores municipais. Relator: Dr. Antônio Arecippo de Barros Teixeira Neto. Deliberação: conhecido e homologado o arquivamento promovido pela Promotoria de Justiça de Origem; Processo PGJ n. 3092/2009. Origem: Promotoria de Justiça Coletiva da Fazenda Pública Estadual. Interessado: Promotoria de Justiça de Olho D"água das Flores. Assunto: encaminhando documento. Relator: Dr. Antônio Arecippo de Barros Teixeira Neto. Deliberação: não foi apreciado em razão do pedido de vista apresentado pelo Dr. Sérgio Rocha Cavalcanti Jucá. Após a decisão sobre o Processo n. 3092/2009, o colegiado deliberou pelo encerramento da reunião, em vista do adiantado da hora e da longa Pauta restante, devendo os feitos subsequentes, isto é, os processos constantes do item 21 ao item 54, serem analisados na próxima reunião, a saber: Inquérito Civil - Portaria n. 010/08. Origem: 4ª Promotoria de Justiça de Arapiraca. Interessado: Ministério Público. Assunto: prática abusiva - Odonto Médici . Relator: Dr. Antônio Arecippo de Barros Teixeira Neto; Processo PGJ n. 066/06. Origem: Promotoria de Justiça Coletiva Especializada de Defesa do Meio Ambiente da Capital. Interessado: Ana Rosa de Aquino L. Pimentel. Assunto: invasão da reserva Jarbas Gomes de Barros. Relator: Dr. Antônio Arecippo de Barros Teixeira Neto; Procedimento Administrativo Preliminar n. 01/2009 . Origem: Promotoria de Justiça de Traipú. Interessado: Ministério Público. Assunto: apuração de irregularidades no funcionamento e organização da Guarda Municipal. Relator: Dr. Antônio Arecippo de Barros Teixeira Neto; Inquérito Civil – Portaria n. 009/09. Origem: 4ª Promotoria de Justiça de Arapiraca. Interessado: Ministério Público. Assunto: prática abusiva de comerciante que tenta se eximir da responsabilidade solidária. Relator: Dr. Antônio Arecippo de Barros Teixeira Neto; Processo PGJ n. 1387/2007. Origem: Promotoria de Justiça Coletiva da Fazenda Pública Estadual. Interessado: Vereador George S. S. Fellows. Assunto: requer providências. Relator: Dr. Antônio Arecippo de Barros Teixeira Neto; Processo PGJ n. 411/2010. Origem: Promotoria de Justiça Coletiva Especializada de Defesa do meio Ambiente da Capital. Interessado: Secretaria de Proteção ao meio Ambiente de Maceió. Assunto: encaminhando documentos . Relator: Dr. Antônio Arecippo de Barros Teixeira Neto; Processo PGJ n. 63/1008. Origem: Promotoria de Justiça Coletiva da Fazenda Pública Estadual. Interessado: Ministério Público. Assunto: apuração de possíveis irregularidades em contratação de pessoal na ADEAL. Relator: Dr. Antônio Arecippo de Barros Teixeira Neto; Processo PGJ n. 2108/2008 . Origem: 2ª Promotoria de Justiça de São Miguel dos Campos. Interessado: Procuradoria Regional do Trabalho da 19ª Região. Assunto: encaminhando procedimento administrativo. Relator: Dr. Antônio Arecippo de Barros Teixeira Neto; Processo PGJ n. 2062/2007. Origem: Promotoria de Justiça Coletiva da Fazenda Pública Estadual. Interessado: Sindicato dos Policiais Civis de Alagoas. Assunto:requerendo providências. Relator: Dr. Antônio Arecippo de Barros Teixeira Neto; Processo PGJ n. 45/2007. Origem: Promotoria de Justiça Coletiva da Fazenda Pública Estadual. Interessado: PRODSID. Assunto: falta de repasse de verbas aos municípios alagoanos referente ao programa Farmácia Básica . Relator: Dr. Antônio Arecippo de Barros Teixeira Neto; Processo PGJ n. 633/2010. Origem: Promotoria de Olho D'água das Flores. Interessado: idem. Assunto: encaminhando processo. Relator: Dr. Antônio Arecippo de Barros Teixeira Neto; Processo PGJ n. 02/10. Origem: Promotoria Coletiva de Defesa do Consumidor de Maceió. Interessado: Clovis L.C. Pedroso. Assunto: reclamação contra HapVida. Relator: Dr. Antônio Arecippo de Barros Teixeira Neto; Processo PGJ n.179/08. Origem: Promotoria de Justiça Coletiva da Fazenda Pública Estadual. Interessado: .Assembleia Legislativa Estadual. Assunto: encaminhando documentos. Relator: Dr. Antônio Arecippo de Barros Teixeira Neto; Processo PGJ n. 3149. Origem: Promotoria de Justiça Coletiva da Fazenda Pública Estadual. Interessado: Deputado Estadual Temóteo Correia. Assunto: encaminhando documentos. Relator: Dr. Antônio Arecippo de Barros Teixeira Neto; Processo PGJ n. 33/2009. Origem: Promotoria de Justiça Coletiva da Fazenda Pública Estadual. Interessado: Ministério Público. Assunto: residencial Lúcio Costa. Relator: Dr. Antônio Arecippo de Barros Teixeira Neto; Processo PGJ n. 055/2007. Origem: Promotoria de Justiça Coletiva da Fazenda Pública Estadual. Interessado: CAV. Assunto: representação criminal. Relator: Dr. Antônio Arecippo de Barros Teixeira Neto; Processo PGJ n. 233/07. Origem: Promotoria de Justiça Coletiva da Fazenda Pública Estadual. Interessado: Jeferson Germano Regueira Teixeira. Assunto:possíveis irregularidades na Carteira Imobiliária do PRODUBAN. Relator: Dr. Antônio Arecippo de Barros Teixeira Neto; Processo PGJ n. 02/2009. Origem: Promotoria de Justiça Coletiva da Fazenda Pública Estadual. Interessado: Ministério Público. Assunto: denúncias contra a gestão do Governador Ronaldo Lessa. Relator: Dr. Antônio Arecippo de Barros Teixeira Neto; Processo PGJ n.203/06. Origem: Promotoria de Justiça Coletiva da Fazenda Pública Estadual. Interessado: Cleonice de Lima. Assunto: irregularidades na nomeação dos aprovados no concurso da Educação 2005 . Relator: Dr. Antônio Arecippo de Barros Teixeira Neto; Processo PGJ n. 146/2009. Origem: Promotoria de Justiça Coletiva da Fazenda Pública Estadual. Interessado: Superintendente da receita estadual de Alagoas. Assunto: encaminhando documentos e requerendo providências. Relator: Dr. Antônio Arecippo de Barros Teixeira Neto; Processo PGJ n. 1211/2005. Origem: Promotoria de Justiça Coletiva da Fazenda Pública Estadual. Interessado: Procuradoria da República no Estado de Alagoas. Assunto: encaminhando denúncia. Relator: Dr. Antônio Arecippo de Barros Teixeira Neto; Processo PGJ n. 1751/2008. Origem: Promotoria de Justiça Coletiva da Fazenda Pública Estadual. Interessado: funcionários da Superintendência de Medidas Socioeducativas. Assunto: requerendo providências. Relator: Dr. Antônio Arecippo de Barros Teixeira Neto; Processo PGJ n. 86/10. Origem: Promotoria de Justiça Coletiva da Fazenda Pública Estadual. Interessado: motoristas de apoio. Assunto: transporte escolar. Relator: Dr. Antônio Arecippo de Barros Teixeira Neto; Processo PGJ n.148/08. Origem: Promotoria de Justiça Coletiva da Fazenda Pública Estadual. Interessado: Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de Alagoas. Assunto: requerimento de providências. Relator: Dr. Antônio Arecippo de Barros Teixeira Neto; Processo PGJ n. 140/2009. Origem: Promotoria de Justiça Coletiva da Fazenda Pública Estadual. Interessado: Superintendência da Receita Estadual de Alagoas. Assunto: Encaminhando documentos e requerendo providências. Relator: Dr. Antônio Arecippo de Barros Teixeira Neto; Processo PGJ n.156/2009. Origem: Promotoria de Justiça Coletiva da Fazenda Pública Estadual. Interessado: Carlos Henrique Andrade de Silva. Assunto: perseguição a servidores. Da Escola Estadual Edson dos Santos Bernardes. Relator: Dr. Antônio Arecippo de Barros Teixeira Neto; Processo PGJ n. 151/2009. Origem: Promotoria de Justiça Coletiva da Fazenda Pública Estadual. Interessado: Superintendência da Receita Estadual de Alagoas. Assunto: encaminhando documentos e requerendo providências. Relator: Dr. Antônio Arecippo de Barros Teixeira Neto; Processo PGJ n. 181/2009. Origem: Promotoria de Justiça Coletiva da Fazenda Pública Estadual. Interessado: Maria Antônia da Silva. Assunto: perseguição. Relator: Dr. Antônio Arecippo de Barros Teixeira Neto; Processo PGJ n.17/07. Origem: Promotoria de Justiça Coletiva da Fazenda Pública Estadual. Interessado: José Gilberto Cavalcanti Góes. Assunto: Polícia Militar – horas extras . Relator: Dr. Antônio Arecippo de Barros Teixeira Neto; Processo PGJ n.440/2007. Origem: Promotoria de Justiça Coletiva da Fazenda Pública Estadual. Interessado: Paulo Fernando dos Santos. Assunto: requerendo providências . Relator: Dr. Antônio Arecippo de Barros Teixeira Neto; Processo PGJ n. 1371/2006. Origem: Promotoria de Justiça Coletiva da Fazenda Pública Estadual. Interessado: Girleno José Rodrigues dos Santos. Assunto: Requerendo providências. Relator: Dr. Sérgio Rocha Cavalcanti Jucá; Processo PGJ n. 2199/2008. Origem: Promotoria de Justiça Coletiva da Fazenda Pública Estadual. Interessado: Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região. Assunto: Requerendo providências. Relator: Dr. Sérgio Rocha Cavalcanti Jucá; Processo PGJ n. 014/2008. Origem: 2º Centro de Apoio Operacional de Arapiraca. Interessado: Ginaldo Rodrigues Barbosa Assunto: criatório de Aves. Relator: Dr. Sérgio Rocha Cavalcanti Jucá; Ofício 1º CPMA n.2120/2009. Origem: Promotoria de Justiça Coletiva Especializada de Defesa do Meio Ambiente da Capital – Interessados: Moradores do Residencial Maria de Lourdes. Assunto: Requerendo Providências. Relator : Antiogenes Marques de Lira. Encerradas as deliberações o Dr. Antônio Arecippo de Barros Teixeira Neto pediu a palavra e teceu considerações elogiosas ao Provimento n. 04/2010, da

lavra do Corregedor Geral Substituto da Justiça de Alagoas, Dr. James Magalhães de Medeiros, que estabeleceu normas gerais sobre fixação de emolumentos relativos aos atos praticados pelos serviços notariais e de registros, solicitando o envio de ofício comunicando a manifestação, tendo o colegiado aprovado e aderido à iniciativa, sem discrepância. Nada mais havendo a ser deliberado, o Presidente declarou encerrada a presente sessão do egrégio Conselho Superior do Ministério Público de Alagoas, determinando a lavratura desta ata, a qual após lida e aprovada vai por mim assinada, bem como pelos Excelentíssimos Senhores Procuradores de Justiça presentes.

Eduardo Tavares Mendes Márcio Roberto Tenório de Albuquerque
Presidente Procurador de Justiça/Secretário do CSM

PAUTA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CSMP
16/06/2010
Ata.
1º - Apreciação das Atas da 10ª Reunião Ordinária de 2010
Para conhecimento.
2º- Processo PGJ n. 1459/2010. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de São Miguel dos Campos – Assunto: comunica a prorrogação de prazo para a conclusão de procedimento preparatório instaurado para apurar possíveis irregularidades praticadas pelo Sr. Reginaldo Andrade, Prefeito de Barra de São Miguel.
3º - Ofício PJCFPE n. 866/09 – Origem: Promotoria de Justiça Coletiva da Fazenda Pública Estadual. Assunto: Relatórios do GCOC, referentes aos anos de 2007 e 2008. Para deliberação.
4º – Processo PGJ n. 317/2010. Origem: Promotoria de Justiça Coletiva da Fazenda Pública Municipal da Capital. Interessado: Forum pela Moralização Eleitoral em Alagoas. Assunto: representação. Relator: Dr. Antônio Arecippo de Barros Teixeira Neto.
5º – Processo PGJ n. 275/09. Origem: Promotoria de Justiça Coletiva da Fazenda Pública Estadual. Interessado: Ministério Público. Assunto: atraso no pagamento dos servidores municipais. Relator: Dr. Antônio Arecippo de Barros Teixeira Neto.
6º – Processo PGJ n. 325/09. Origem: Promotoria de Justiça Coletiva da Fazenda Pública Estadual. Interessado: FUNDEB. Assunto: indicadores educacionais. Relator: Dr. Antônio Arecippo de Barros Teixeira Neto.
7º – Processo PGJ n. 127/09. Origem: Promotoria de Justiça Coletiva da fazenda Pública Estadual. Interessado: José Gilvan. Assunto: inclusão de 80 menores na Escola Estadual Professora Josefa Conceição da Costa. Relator: Dr. Antônio Arecippo de Barros Teixeira Neto.
8º – Processo PGJ n. 67/10. Origem: Promotoria de Justiça Coletiva da Fazenda Pública Estadual. Interessado: FNDE. Assunto: encaminhamento de arquivo referente aos pagamentos dos programas do FNDE. Relator: Dr. Antônio Arecippo de Barros Teixeira Neto.
9º – Processo PGJ n. 324/09. Origem: Promotoria de Justiça Coletiva da Fazenda Pública Estadual. Interessado: Maria Socorro Cavalcante da Silva. Assunto: reenquadramento de servidor. Relator: Dr. Antônio Arecippo de Barros Teixeira Neto.
10º – Processo PGJ n. 83/2010. Origem: Promotoria de Justiça Coletiva da Fazenda Pública Estadual. Interessado: Construtora Celi Ltda. Assunto: denúncia sobre edital altamente restritivo SEINFRA-Al. Relator: Dr. Antônio Arecippo de Barros Teixeira Neto.
11º – Processo PGJ n. 2925/2009. Origem: Promotoria de Justiça Coletiva Especializada de Defesa do Meio Ambiente da Capital. Interessado: idem. Assunto: termo de declarações. Relator: Dr. Antônio Arecippo de Barros Teixeira Neto.
12º – Processo PGJ n. 1371/2006. Origem: Promotoria de Justiça Coletiva da Fazenda Pública Estadual. Interessado: Girleno José Rodrigues dos Santos. Assunto: Requerendo providências. Relator: Dr. Sérgio Rocha Cavalcanti Jucá.
13º – Processo PGJ n. 2199/2008. Origem: Promotoria de Justiça Coletiva da Fazenda Pública Estadual. Interessado: Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região. Assunto: Requerendo providências. Relator: Dr. Sérgio Rocha Cavalcanti Jucá.
14º – Processo PGJ n. 014/2008. Origem: 2º Centro de Apoio Operacional de Arapiraca. Interessado: Ginaldo Rodrigues Barbosa. Assunto: criatório de Aves. Relator: Dr. Sérgio Rocha Cavalcanti Jucá.
15º – Processo PGJ n. 2111/2009. Origem: Promotoria de Justiça Coletiva Especializada de Defesa do Meio Ambiente da Capital. Interessado: SEMPMA. Assunto: denúncia. Relator: Dr. Sérgio Rocha Cavalcanti Jucá.
16º – Processo PGJ n. 3128/2009. Origem: Promotoria de Justiça Coletiva Especializada de Defesa do Meio Ambiente da Capital. Interessado: Secretaria Municipal de Proteção ao Meio Ambiente. Assunto: encaminhando documentos e requerendo providências. Relator: Dr. Sérgio Rocha Cavalcanti Jucá.
17º – Processo PGJ n. 1017/2006. Origem: Promotoria de Justiça Coletiva da Fazenda Pública Estadual: Interessado: Quésia Firmino da Silva. Assunto: requerendo providências. Relator: Dr. Sérgio Rocha Cavalcanti Jucá.
18º – Processo PGJ n.2829/2009. Origem: Promotoria de Justiça da Comarca de Piaçabuçu. Interessado: Promotoria de Justiça de Piaçabuçu. Assunto: encaminhando documentos e requerendo providências. Relator: Dr. Sérgio Rocha Cavalcanti Jucá.
19º – Processo PGJ n. 948/2008. Origem: Promotoria de Justiça Coletiva da Fazenda Pública Estadual. Interessada: TRT da 19ª Região – 2ª Vara do Trabalho de Maceió. Assunto: encaminhando documento. Relator: Dr. Sérgio Rocha Cavalcanti Jucá.
20º – Processo PGJ n. 2230/2009. Origem: Promotoria de Justiça Coletiva da Fazenda Pública Estadual. Interessada: 2ª Vara do trabalho de Maceió. Assunto: encaminhando documento. Relator: Dr. Sérgio Rocha Cavalcanti Jucá.
21º- Ofício 1º CPMA n. 2120/2009. Origem: Promotoria de Justiça Coletiva Especializada de Defesa do Meio Ambiente da Capital – Interessados: Moradores do residencial Maria de Lourdes. Assunto: Requerendo Providências. Relator : Antiogenes Marques de Lira.
22º- Processo PGJ n. 497/2010. Origem: Promotoria de Justiça Coletiva da Fazenda Pública Municipal de Maceió – Interessada: Procuradoria da República no Estado de Alagoas. Assunto: encaminhando denúncia. Relator. Dr. Antiogenes Marques de Lira.
23º- Processo PGJ n. 3477/2009. Origem: Promotoria de Justiça Coletiva da Fazenda Pública Estadual – Interessada: HECA – Comércio e Construções Ltda. Assunto:representação. Relator. Dr. Antiogenes Marques de Lira.
24º- Processo PGJ n. 82/10. Origem: Promotoria de Justiça Coletiva da Fazenda Pública Estadual – Interessada: Construtora Celi Ltda. Assunto:denúncia sobre edital altamente restritivo - SEINFRA-Al. Relator. Dr. Antiogenes Marques de Lira.
25º- Processo PGJ n 3174/2008. Origem: Promotoria de Justiça Coletiva da Fazenda Pública Estadual – Interessada: Maria Aparecida de Oliveira. Assunto: requerendo providências. Relator. Dr. Antiogenes Marques de Lira.
26º – Processo PGJ n. 255/09. Origem: Promotoria de Justiça Coletiva da Fazenda Pública Estadual. Interessado: Ministério Público Estadual Assunto: transporte escolar em Santana do Ipanema. Relator: Dr. Dilmar Lopes Camerino.
27 – Processo PGJ n. 224/09. Origem: Promotoria de Justiça Coletiva da Fazenda Pública Estadual. Interessado: Francisca de Fátima Melo Borges e outros. Assunto: pagamentos de diferenças salariais pela Assembleia Legislativa. Relator: Dr. Dilmar Lopes Camerino.
28º – Processo PGJ n. 946/2009. Origem: Promotoria de Justiça Coletiva da Fazenda Pública Estadual. Interessado: Departamento de Polícia Federal em Alagoas. Assunto: encaminhando documentos. Relator: Dr. Dilmar Lopes Camerino.
29º – Processo PGJ n. 119/07. Origem: Promotoria de Justiça Coletiva da Fazenda Pública Estadual. Interessado: Ministério Público. Assunto:apuração de irregularidades das condições estruturais do Teatro Deodoro. Relator: Dr. Dilmar Lopes Camerino.
30º – Processo PGJ n. 547/2008. Origem: Promotoria de Justiça Coletiva da Fazenda Pública Estadual. Interessado: Sôrmani Sérgio de Carvalho Cerqueira. Assunto: encaminhando denúncia. Relator: Dr. Dilmar Lopes Camerino.
31º – Processo PGJ n.64/10. Origem: Promotoria de Justiça Coletiva da Fazenda Pública Estadual. Interessado: MPT. Assunto: servidores contratados da Secretaria de Educação. Relator: Dr. Dilmar Lopes Camerino.
32º – Processo PGJ n. 590/2008. Origem: Promotoria de Justiça Coletiva da Fazenda Pública Estadual. Interessado:Fernanda Ribeiro Gomes. Assunto: encaminhando denúncia. Relator: Dr. Dilmar Lopes Camerino.
33º – Processo PGJ n. 2003/2009. Origem: Promotoria de Justiça Coletiva da Fazenda Pública Estadual. Interessado: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Assunto: encaminhando documentos. Relator: Dr. Dilmar Lopes Camerino.
34º – Processo PGJ n. 251/09. Origem: Promotoria de Justiça Coletiva da Fazenda Pública Estadual. Interessado: denúncia on-line. Assunto: possíveis irregularidades de empresas contratadas pelo Estado. Relator: Dr. Dilmar Lopes Camerino.
35º – Processo PGJ n. 156/2009. Origem: Promotoria de Justiça Coletiva da Fazenda Pública Estadual. Interessado: Alessandra Galdino dos Santos. Assunto: requer providências. Relator: Dr. Dilmar Lopes Camerino.
36º – Processo PGJ n. 236/09. Origem: Promotoria de Justiça Coletiva da Fazenda Pública Estadual. Interessado: Ministério Público. Assunto: possíveis irregularidades ocorridas no Corpo de Bombeiros. Relator: Dr. Dilmar Lopes Camerino.
37º – Processo PGJ n. 253/09. Origem: Promotoria de Justiça Coletiva da Fazenda Pública Estadual. Interessado: Rui Soares Palmeira. Assunto: representação contra Fernando Ribeiro Toledo e outros. Relator: Dr. Dilmar Lopes Camerino.
38º – Processos PGJ n. 026/202 e 32/2005. Origem: Promotoria de Justiça Coletiva da Fazenda Pública Estadual. Interessado:Petras Ferreira Martins e outros. Assunto: concurso da Polícia Civil. Relator: Dr. Dilmar Lopes Camerino.
39º – Processo PGJ n. 143/2009. Origem: Promotoria de Justiça Coletiva da Fazenda Pública Estadual. Interessado:Superintendente da Receita Estadual de Alagoas. Assunto: encaminhando documentos e requerendo providências. Relator: Dr. Dilmar Lopes Camerino.
40º – Processo PGJ n. 75/2009. Origem: Promotoria de Justiça Coletiva da Fazenda Pública Estadual. Interessado: Escola Estadual prof. Maria Salete Gusmão. Assunto: limpeza de terreno. Relator: Dr. Dilmar Lopes Camerino.
41º – Processo PGJ n. 99/2008. Origem: Promotoria de Justiça Coletiva da Fazenda Pública Estadual. Interessado: Estudantes de Santana do Ipanema. Assunto: falta de transporte escolar. Relator: Dr. Dilmar Lopes Camerino.
42º – Processo PGJ n.2465/2006. Origem: Promotoria de Justiça Coletiva da Fazenda Pública Estadual. Interessado: Procuradoria da república em Alagoas. Assunto: requer providências. Relator: Dr. Dilmar Lopes Camerino.
43º – Processo PGJ n.102/2008. Origem: Promotoria de Justiça Coletiva da Fazenda Pública Estadual. Interessado: Instituto de Apoio à Gestão Pública e Social. Assunto: irregularidade no transporte escolar. Relator: Dr. Dilmar Lopes Camerino.
44º – Processo PGJ n. 174/2009. Origem: Promotoria de Justiça Coletiva da Fazenda Pública Estadual. Interessado: Superintendente da Receita Estadual de Alagoas. Assunto: encaminhando documentos e requerendo providências. Relator: Dr. Dilmar Lopes Camerino.
45º – Processo PGJ n.777/2009. Origem: Promotoria de Justiça Coletiva da Fazenda Pública Estadual. Interessado:Comitê Estadual 9840/AL. Assunto:requerendo providências. Relator: Dr. Dilmar Lopes Camerino.
46º – Processo PGJ n. 326/09. Origem: Promotoria de Justiça Coletiva da Fazenda Pública Estadual. Interessado: Colégio Tiradentes. Assunto: idem. Relator: Dr. Dilmar Lopes Camerino.
47ºProcesso PGJ n. 97/10. Origem: Promotoria de Justiça Coletiva da Fazenda Pública Estadual. Interessado: Comunidade do Canaã. Assunto: transporte escolar. Relator: Dr. Dilmar Lopes Camerino.
48º – Processo PGJ n. 2192/2008. Origem: Promotoria de Justiça Coletiva da Fazenda Pública Estadual. Interessado: idem. Assunto: .encaminhando documentos. Relator: Dr. Dilmar Lopes Camerino.
49º – Processo PGJ n. 2975/2009. Origem: Promotoria de Justiça Coletiva da Fazenda Pública Municipal. Interessado: Empresas Hosphife. Assunto: solicitando providências. Relator: Dr. Dilmar Lopes Camerino.
50º – Processo PGJ n.130/2008. Origem: Promotoria de Justiça Coletiva da Fazenda Pública Estadual. Interessado: Ministério Público. Assunto: apuração de possíveis irregularidades na construção do Edifício Luz. Relator: Dr. Dilmar Lopes Camerino.
51º – Processo PGJ n.08/2007. Origem: Promotoria de Justiça Coletiva da Fazenda Pública Estadual. Interessado: Ramon Ramos Nobre. Irregularidades no concurso de agentes penitenciários. Assunto: . Relator: Dr. Dilmar Lopes Camerino.
52º – Processo PGJ n. 64/2010. Origem: Promotoria de Justiça Coletiva Especializada de Defesa do Meio Ambiente da Capital. Interessado: SEMPMA. Assunto: poluição sonora. Relator: Dr. Dilmar Lopes Camerino.
53º – Processo PGJ n. 31/2009. Origem: Promotoria de Justiça Coletiva da Fazenda Pública Estadual. Interessado: Ministério Público. Assunto: denúncia contra o Corpo de Bombeiros. Relator: Dr. Dilmar Lopes Camerino.
54º – Processo PGJ n. 633/2007. Origem: Promotoria de Justiça Coletiva da Fazenda Pública Estadual. Interessado: Forum pela Moralização Eleitoral no Estado de Alagoas. Assunto: representação. Relator: Dr. Dilmar Lopes Camerino.
55º – Processo PGJ n. 3171/2009. Origem: Promotoria de Justiça Coletiva da Fazenda Pública Estadual. Interessado: Moradores da Rua Professor Aurino Maciel. Assunto: encaminhando denúncia. Relator: Dr. Dilmar Lopes Camerino.
56º – Processo PGJ n. 67. Origem: Promotoria de Justiça Coletiva da Fazenda Pública Municipal de maceió. Interessado: Moradores da Vila Emater I e II e outros. Assunto:Vila Emater II . Relator: Dr. Dilmar Lopes Camerino.
57º – Processo PGJ n.3343/2009. Origem: Promotoria de Justiça Coletiva da Fazenda Pública Estadual. Interessado: Enildo Antônio da Silva. Assunto: Requerendo providências. Relator: Dr. Dilmar Lopes Camerino.
58º – Processo PGJ n. 1857/2007. Origem: Promotoria de Justiça Coletiva da Fazenda Pública Estadual. Interessado: Procuradoria Regional do Trabalho da 19ª Região. Assunto: encaminhando documentos. Relator: Dr. Dilmar Lopes Camerino.
59º – Processo PGJ n.222/09. Origem: Promotoria de Justiça Coletiva da Fazenda Pública Estadual. Interessado: pais e responsáveis dos serviços do SIENA. Assunto: possível fechamento do SIENA. Relator: Dr. Dilmar Lopes Camerino.
60º – Processo PGJ n.1613/2007. Origem: Promotoria de Justiça Coletiva da Fazenda Pública Estadual. Interessado: Raquel Eliane de Souza. Assunto: requerendo providências. Relator: Dr. Dilmar Lopes Camerino.
61º – Processo PGJ n. 238/09. Origem: Promotoria de Justiça Coletiva da Fazenda Pública Estadual. Interessados: alunos portadores de deficiência auditiva. Assunto: necessidade de intérpretes. Relator: Dr. Dilmar Lopes Camerino.
62º – Processo PGJ n.2679/2009. Origem: Promotoria de Justiça Coletiva da Fazenda Pública Estadual. Interessado: Procuradoria Regional do Trabalho da 19ª Região. Assunto: encaminhando documentos e requerendo providências. Relator: Dr. Dilmar Lopes Camerino.
63º – Processo PGJ n.225/09. Origem: Promotoria de Justiça Coletiva Especializada de Defesa do meio Ambiente da Capital. Interessado: Interprint Ltda.. Assunto: representação formulada para apuração de irregularidades no Edital de Concorrência Pública n. AMGESP-001/2009. Relator: Dr. Dilmar Lopes Camerino.
64º – Processo PGJ n. 411/2000. Origem: Promotoria de Justiça Coletiva da Fazenda Pública Estadual. Interessado: Miraneide Pitombeira. Assunto: Poluição Hídrica. Relator: Dr. Dilmar Lopes Camerino.
65º – Processo PGJ n. 2032/2003. Origem: 2ª Promotoria de Justiça Coletiva da Infância e da Juventude da Capital. Interessado:Idem. Assunto: encaminhando documentos. Relator: Dr. Dilmar Lopes Camerino.
66º – Processo PGJ n. 069/2008. Origem: Promotoria de Justiça Coletiva da Fazenda Pública Estadual. Interessado: Idem. Assunto: investigação sobre possíveis irregularidades no Centro de Convenções. Relator: Dr. Dilmar Lopes Camerino.
67º – Processo PGJ n. 2135/2009. Origem: Promotoria de Justiça Coletiva da Fazenda Pública Estadual. Interessada: Procuradoria da República no Estado de Alagoas. Assunto: encaminhando informações e requerendo providências. Relator: Dr. Dilmar Lopes Camerino.

68º – Processo PGJ n. 2026/2007. Origem: Promotoria de Justiça Coletiva da Fazenda Pública Estadual. Interessado: Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região. Assunto: encaminhando documentos. Relator: Dr. Dilmar Lopes Camerino.

69º – Processo PGJ n. 3229/2008. Origem:Promotoria de Justiça Coletiva da Fazenda Pública Estadual. Interessada: Secretaria de Estado da Saúde. Assunto: requerendo informações. Relator: Dr. Dilmar Lopes Camerino.

70º – Processo PGJ n. 30/2009. Origem: Promotoria de Justiça Coletiva da Fazenda Pública Estadual. Interessada: Escola Estadual Dom Adelmo Machado. Assunto: possível fechamento da EJA. Relator: Dr. Dilmar Lopes Camerino.

71º – Processo PGJ n. 108/10. Origem: Promotoria de Justiça Coletiva da Fazenda Pública Estadual. Interessado: FNDE Assunto: encaminhamento de arquivo referente aos pagamentos do Programa FNDE. Relator: Dr. Dilmar Lopes Camerino.

72º – Processo PGJ n. 1947/2008. Origem: Promotoria de Justiça Coletiva da Fazenda Pública Estadual. Interessado: servidores da área administrativa da Unidade de Emergência Dr. Armando Lages. Assunto: requer providências: Relator: Dr. Dilmar Lopes Camerino.

73º – Processo PGJ n. 152/08. Origem: Promotoria de Justiça Coletiva da Fazenda Pública Estadual. Interessado: Ministério Público. Assunto: denúncia anônima contra policial civil. Relator: Dr. Dennis Lima Calheiros.

74º – Processo PGJ n.1371/2009. Origem: Promotoria de Justiça Coletiva da Fazenda Pública Estadual. Interessado: Ministério Público. Assunto: encaminhando cópia de denúncia. Relator: Dr. Dennis Lima Calheiros.

75º – Processo PGJ n. 91/10. Origem: Promotoria de Justiça Coletiva da Fazenda Pública Estadual. Interessado: Ministério Público. Assunto: irregularidade no transporte escolar: município de Olho D'Água Grande e outros. Relator: Dr. Dennis Lima Calheiros.

76º – Processo PGJ n. 2595/2007. Origem: Promotoria de Justiça Coletiva da Fazenda Pública Estadual. Interessado: Procuradoria da República no Estado de Alagoas. Assunto: encaminhando representação. Relator: Dr. Dennis Lima Calheiros.

77º – Processo PGJ n. 185/08. Origem: Promotoria de Justiça Coletiva da Fazenda Pública Estadual. Interessado: José Mário Teixeira da Silva. Assunto: denúncia contra a Polícia Militar de Alagoas. Relator: Dr. Dennis Lima Calheiros.

78º – Processo PGJ n. 2217/2006. Origem: Promotoria de Justiça Coletiva da Fazenda Pública Municipal da Capital. Interessado: SINTEAL. Assunto: representação. Relator: Dr. Dennis Lima Calheiros.

79º – Processo PGJ n. 501. Origem: Promotoria de Justiça Coletiva da Fazenda Pública Municipal da Capital. Interessado: Procuradoria da República no Estado de Alagoas. Assunto: encaminhando termo de declarações. Relator: Dr. Dennis Lima Calheiros.

80º – Procedimento Administrativo 001/2009. Origem: Promotoria de Justiça de igreja Nova. Interessado:Ministério Público. Assunto: possível desvio de recursos - Prefeitura de Igreja Nova. Relator: Dr. Dennis Lima Calheiros.

81º – Processo PGJ n. 027/07. Origem: Promotoria de Justiça Coletiva Especializada de Defesa do Meio Ambiente da Capital. Interessado: NEAFA (moradores do PAR). Assunto: proibição da criação de animais no condomínio. Relator: Dr. Dennis Lima Calheiros.

82º – Processo PGJ n. S/N/2006. Origem: Promotoria de Justiça Coletiva da Fazenda Pública Estadual. Interessado: Usina Caeté S/A – Unidade Cachoeira. Assunto: Barragem das Prendas. Relator: Dr. Dennis Lima Calheiros.

83º – Processo PGJ n. 2525/2009. Origem: Promotoria de Justiça Coletiva da Fazenda Pública Municipal da Capital. Interessado: 5ª Vara do Trabalho de Maceió. Assunto: encaminhando documento. Relator: Dr. Dennis Lima Calheiros.

84º – Processo PGJ n. 002/10 . Origem: Promotoria de Justiça Coletiva da Fazenda Pública Municipal da Capital. Interessado: Ministério Público. Assunto: Emenda n. 30, à Lei Orgânica de Maceió. Relator: Dr. Dennis Lima Calheiros.

85º – Processo PGJ n. 2546/2007. Origem: Promotoria de Justiça Coletiva da Fazenda Pública Estadual. Interessado: Secretaria de Estado da Educação e do Esporte. Assunto: encaminhando documentos. Relator: Dr. Dennis Lima Calheiros.

86º – Processo PGJ n. 919/2010 . Origem: Promotoria de Justiça Coletiva da Fazenda Pública Estadual. Interessado: Ministério Público. Assunto: elaboração de Projeto Técnico para recuperação de matas ciliares. Relator: Dr. Dennis Lima Calheiros.

87º – Processo PGJ n. 932/2010. Origem: Promotoria de Justiça Coletiva da Fazenda Pública Estadual. Interessado: Ministério Público. Assunto: elaboração de Projeto Técnico para recuperação de matas ciliares. Relator: Dr. Dennis Lima Calheiros.

88º – Processo PGJ n. 928/2010. Origem: Promotoria de Justiça Coletiva da Fazenda Pública Estadual. Interessado: Ministério Público. Assunto: elaboração de Projeto Técnico para recuperação de matas ciliares. Relator: Dr. Dennis Lima Calheiros.

89º – Processo PGJ n. 896/2010. Origem: Promotoria de Justiça Coletiva da Fazenda Pública Estadual. Interessado: Ministério Público. Assunto: elaboração de Projeto Técnico para recuperação de matas ciliares. Relator: Dr. Dennis Lima Calheiros.

90º – Processo PGJ n. 899/2010. Origem: Promotoria de Justiça Coletiva da Fazenda Pública Estadual. Interessado: Ministério Público. Assunto: elaboração de Projeto Técnico para recuperação de matas ciliares. Relator: Dr. Dennis Lima Calheiros.

91º – Processo PGJ n. 850/2010. Origem: Promotoria de Justiça Coletiva da Fazenda Pública Estadual. Interessado: Ministério Público. Assunto: elaboração de Projeto Técnico para recuperação de matas ciliares. Relator: Dr. Dennis Lima Calheiros.

92º – Processo PGJ n. 851/2010. Origem: Promotoria de Justiça Coletiva da Fazenda Pública Estadual. Interessado: Ministério Público. Assunto: elaboração de Projeto Técnico para recuperação de matas ciliares. Relator: Dr. Dennis Lima Calheiros.

93º – Processo PGJ n. 106/09. Origem: Promotoria de Justiça Coletiva da Fazenda Pública Estadual. Interessado: Escola Estadual Alberto Torres. Assunto: falta de 300 cadeiras e bancas. Relator: Dr. Dennis Lima Calheiros.

Maceió, 14 de junho de 2010.

MÁRCIO ROBERTO TENÓRIO DE ALBUQUERQUE
Procurador de Justiça/Secretário do CSMP

SÚMULA DO DÉCIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 41/2007

CONTRATANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
CONTRATADA: COTENGE – COTRIM ENGENHARIA LTDA
DO OBJETO: Alteração do prazo de vigência do contrato originário nº 41/2007, passando a vigorar por mais 30 (trinta) dias, face a necessidade de realização de pendências quanto ao recebimento provisório da obra e pagamento da última medição e aditivo, conforme disposições constantes no processo PGJ nº 1391/2010.
DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Aplicação do § 1º do art. 57 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.
DO ADITIVO: Ficam ratificados todos os termos, cláusulas e condições do Contrato originário, supra referido e não expressamente alterados por este instrumento, que àqueles se integra, formando um todo único e indivisível para todos os fins e efeitos de direito.
DATA DA ASSINATURA: 28 de maio de 2010.
SIGNATÁRIOS: Eduardo Tavares Mendes (Procurador-Geral de Justiça do Estado de Alagoas) e Roberto de Albuquerque Cotrim Júnior (CONTRATADA).

ESTADO DE ALAGOAS
MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
PROMOTORIA DE JUSTIÇA COLETIVA ESPECIALIZADA
DE DEFESA DO CONSUMIDOR

TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA (TAC)

Aos 07 (sete) dias do mês de junho do ano de 2010 (dois mil e dez), na sala da Promotoria de Justiça Coletiva Especializada de Defesa do Consumidor, 2º andar, do prédio sede da Procuradoria-Geral da Justiça, presentes o Dr. MAX MARTINS DE OLIVEIRA E SILVA, titular da Promotoria de Justiça Coletiva Especializada de Defesa do Consumidor de Maceió, compareceram o Diretor de Fiscalização José Galvaci de Aquino, representante da SMCCU; o Ten. Cel. Nilson de Albuquerque Vaconcelos, representante do CBM/AL; o Analista de Projetos de Segurança Leonardo Amorim Ferreira, representante do CBM/AL; a Comerciante Marlene Pinheiro de Vasconcelos; e o Representante dos vendedores de fogos do Bairro Barro Duro Plínio Batista. Feito o pregão e constatada a presença dos interessados, deu-se início à audiência, que teve por objetivo fixar critérios para a comercialização de fogos na cidade de Maceió, especificamente no que toca as barracas situadas na Avenida Juca Sampaio, no Bairro Barro Duro, nesta Capital. Com a PALAVRA o representante do CBM/AL este explicando as razões pelas quais solicitou a presente audiência, enfatizou a necessidade de um ajuste de conduta com relação aos comerciantes que revendem fogos naquele local, uma vez que este está se tornando inapropriado para tal atividade em razão do vertiginoso crescimento populacional daquela área. Com a palavra o representante da SMCCU, o mesmo corroborou com as palavras do Cel. Nilson, enfatizando a necessidade de se adotar condições de segurança específicas, com o objetivo de garantir a total segurança da população, dos consumidores e dos próprios comerciantes que frequentam o local. Sendo assim, após ampla discussão acerca do tema, ficou deliberado a necessidade de se observar as seguintes condições de segurança para a comercialização de fogos na Avenida Juca Sampaio, no Bairro Barro Duro, nesta Capital, as quais ficam materializadas no presente Termo de Ajustamento de Conduta – TAC, nas seguintes cláusulas estabelecidas abaixo:
Cláusula Primeira – Diante do crescimento populacional no entorno do terreno localizado vizinho aos residenciais "Belo Horizonte" e "Bariloche", localizado na Avenida Juca Sampaio, no Bairro Barro Duro, nesta Capital, apenas será permitido a revenda de fogos neste local, até o término da Copa do Mundo de Futebol/2010, ocasião em que não mais se autorizará a realização desta atividade neste local específico;
Cláusula Segunda - Os comerciantes e responsáveis pelas barracas de fogos localizada na Avenida Juca Sampaio, no Bairro Barro Duro, nesta Capital, se comprometem a observar as seguintes condições, necessárias para a total segurança de suas atividades:
I- Manter em suas barracas, a capacidade máxima de 100Kg (cem quilos) de materiais explosivos (fogos), estando incluído nesta pesagem as embalagens e recipientes em que os fogos estiverem acondicionados;
II- Não utilizar, ou permitir que se utilize qualquer produto fumígero (cigarro, cigarrilha, cachimbo, charuto, entre outros) nas imediações das barracas que revendem fogos;
III- Não testar ou permitir que se teste fogos, de qualquer espécie ou capacidade de explosão nas imediações das barracas de fogos;
IV- Não consumir ou permitir a consumação de bebidas alcoílicas nas imediações das barracas de fogos.
Cláusula Terceira - O proprietário ou responsável de barraca de fogos, que descumprir, ainda que culposamente os incisos previstos na cláusula anterior, terá seu estabelecimento embargado pela autoridade pública concedente suspensa podendo o órgão público utilizar seu poder de polícia para o cumprimento de tal medida;
Cláusula Quarta – Atuarão conjuntamente na fiscalização das cláusulas previstas neste TAC, bem como de outras afetas às suas atividades a SMCCU e o CBM/AL;
Nada mais havendo a consignar, eu, GERSON PACHECO DA SILVA NETO _____, Estagiário do Ministério Público, lavrei a presente ata, que vai por todos assinada.

MAX MARTINS DE OLIVEIRA E SILVA
Promotor de Justiça

JOSÉ GALVACI DE AQUILINO
SMCCU

LEONARDO AMORIM FERREIRA
CBM/AL

NILSON DE ALBUQUERQUE VASCONCELOS
CBM/AL

PLÍNIO BATISTA
REPRESENTANTE DOS VENDEDORES DE FOGOS

MARLENE PINHEIRO DE VASCONCELOS
VENDEDORA DE FOGOS

ESTADO DE ALAGOAS
MINISTÉRIO PÚBLICO
2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Santana do Ipanema/AL

PORTARIA Nº PAP / 2ºMPSI / 003 / 2.010

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, através do Promotor de Justiça abaixo firmado, com fundamento nos preceitos contidos nos Arts. 127 e 129, incisos II e III, ambos, da Constituição Federal, no Art. 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85, bem como nos Arts. 25, inciso IV, alínea "a", e 26, incisos I, alínea "c", ambos, da Lei nº 8.625/93,

CONSIDERANDO a Representação ofertada pelo MUNICÍPIO DE OLIVENÇA/AL, este, já ali devidamente qualificado e devidamente representado pelo Exmo. Sr. JORGINALDO VIEIRA DE MENESES, seu Prefeito, este, igualmente qualificado, a qual, por conduto de Advogado, foi encaminhada à Procuradoria-Geral de Justiça e distribuída para a 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Santana do Ipanema/AL através do Processo PGJ nº 1.058/2.010, que noticia supostas práticas de Atos de Improbidade Administrativa e de Crimes de Responsabilidade hipoteticamente perpetrados pelo Sr. JENISSON OLIVEIRA DE LIMA, ocupante do cargo de Prefeito daquela entidade estatal durante os anos civis de 2005, 2006, 2007 e 2008;

CONSIDERANDO a existência de indícios de que o Sr. JENISSON OLIVEIRA DE LIMA, enquanto Prefeito do MUNICÍPIO DE OLIVENÇA/AL, supostamente, não prestou constas da sua gestão financeira durante o ano civil de 2.008;

CONSIDERANDO a existência de indícios de que o Sr. JENISSON OLIVEIRA DE LIMA, quando deixou o cargo de Prefeito do MUNICÍPIO DE OLIVENÇA/AL, levou consigo os Balancetes Contábeis dos meses de Março, Abril, Maio, Junho, Julho, Agosto, Setembro, Outubro, Novembro e Dezembro, todos, do ano civil de 2.008, os quais, supostamente, encontram-se em seu poder até a presente data;

CONSIDERANDO a existência de indícios de que o Sr. JENISSON OLIVEIRA DE LIMA, quando deixou o cargo de Prefeito do MUNICÍPIO DE OLIVENÇA/AL, levou consigo todos os Processos Financeiros dos meses de Março, Abril, Maio, Junho, Julho, Agosto, Setembro, Outubro, Novembro e Dezembro, todos, do ano civil de 2.008, os quais, supostamente, encontram-se em seu poder até a presente data;

CONSIDERANDO a existência de indícios de que o Sr. JENISSON OLIVEIRA DE LIMA, quando deixou o cargo de Prefeito do MUNICÍPIO DE OLIVENÇA/AL, levou consigo todos os Relatórios Contábeis dos meses de Março, Abril, Maio, Junho, Julho, Agosto, Setembro, Outubro, Novembro e Dezembro, todos, do ano civil de 2.008, os quais, supostamente, encontram-se em seu poder até a presente data;

CONSIDERANDO a existência de indícios de que o Sr. JENISSON OLIVEIRA DE LIMA, quando deixou o cargo de Prefeito do MUNICÍPIO DE OLIVENÇA/AL, levou consigo o RREO - Relatório Resumido da Execução Orçamentária referente ao 2º Bimestre/2.008, o qual, supostamente, encontra-se em seu poder até a presente data;

CONSIDERANDO a existência de indícios de que o Sr. JENISSON OLIVEIRA DE LIMA, quando deixou o cargo de Prefeito do MUNICÍPIO DE OLIVENÇA/AL, levou consigo o RREO - Relatório Resumido da Execução Orçamentária referente ao 4º Bimestre/2.008, o qual, supostamente, encontra-se em seu poder até a presente data;

CONSIDERANDO a existência de indícios de que o Sr. JENISSON OLIVEIRA DE LIMA, quando deixou o cargo de Prefeito do MUNICÍPIO DE OLIVENÇA/AL, levou consigo o RREO - Relatório Resumido da Execução Orçamentária referente ao 5º Bimestre/2.008, o qual, supostamente, encontra-se em seu poder até a presente data;

CONSIDERANDO a existência de indícios de que o Sr. JENISSON OLIVEIRA DE LIMA, quando deixou o cargo de Prefeito do MUNICÍPIO DE OLIVENÇA/AL, levou consigo o RREO - Relatório Resumido da Execução Orçamentária referente ao 6º Bimestre/2.008, o qual, supostamente, encontra-se em seu poder até a presente data;

CONSIDERANDO a existência de indícios de que o Sr. JENISSON OLIVEIRA DE LIMA, quando deixou o cargo de Prefeito do MUNICÍPIO DE OLIVENÇA/AL, levou consigo o RGF - Relatório de Gestão Fiscal referente ao 1º Quadrimestre/2.008, o qual, supostamente, encontra-se em seu poder até a presente data;

CONSIDERANDO a existência de indícios de que o Sr. JENISSON OLIVEIRA DE LIMA, quando deixou o cargo de Prefeito do MUNICÍPIO DE OLIVENÇA/AL, levou consigo o RGF - Relatório de Gestão Fiscal referente ao 2º Quadrimestre/2.008, o qual, supostamente, encontra-se em seu poder até a presente data;

CONSIDERANDO a existência de indícios de que o Sr. JENISSON OLIVEIRA DE LIMA, quando deixou o cargo de Prefeito do MUNICÍPIO DE OLIVENÇA/AL, levou consigo o RGF - Relatório de Gestão Fiscal referente ao 3º Quadrimestre/2.008, o qual, supostamente, encontra-se em seu poder até a presente data;

CONSIDERANDO a existência de indícios de que o Sr. JENISSON OLIVEIRA DE LIMA, quando deixou o cargo de Prefeito do MUNICÍPIO DE OLIVENÇA/AL, levou consigo todos os extratos bancários de contas de movimento e de contas de investimento referentes ao ano civil de 2.008, os quais, supostamente, encontram-se em seu poder até a presente data;

CONSIDERANDO a existência de indícios de que o Sr. JENISSON OLIVEIRA DE LIMA, quando deixou o cargo de Prefeito do MUNICÍPIO DE OLIVENÇA/AL, levou consigo todos os processos de licitação referentes ao ano civil de 2.008, bem como todos os Termos de Contrato e todos os Termos de Convênio firmados no ano civil de 2.008, adotando idêntica conduta em relação aos documentos indispensáveis às suas respectivas prestações de conta, estando, tudo, supostamente, em seu poder até a presente data;

CONSIDERANDO a existência de indícios de que o Sr. JENISSON OLIVEIRA DE LIMA, quando deixou o cargo de Prefeito do MUNICÍPIO DE OLIVENÇA/AL, levou consigo todos os documentos comprobatórios da execução do PNAE – PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, os quais foram repassados à referida entidade estatal através do FNDE – FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO, os quais, supostamente, encontram-se em seu poder até a presente data;

CONSIDERANDO que, até a presente data, foram infrutíferas todas as tentativas do MUNICÍPIO DE OLIVENÇA/AL no sentido convencer o Sr. JENISSON OLIVEIRA DE LIMA, ocupante do cargo de Prefeito do MUNICÍPIO DE OLIVENÇA/AL durante os anos civis de 2005, 2006, 2007 e 2008, a devolver toda a documentação já acima mencionada;

CONSIDERANDO que a conduta do Sr. JENISSON OLIVEIRA DE LIMA, ocupante do cargo de Prefeito do MUNICÍPIO DE OLIVENÇA/AL durante os anos civis de 2005, 2006, 2007 e 2008, esta, já acima mencionada, tem acarretado sérios prejuízos à referida entidade estatal e, consequentemente, a sua população, haja vista que o referido Município, em razão da mesma, encontra-se impedido receber de recursos federais e estaduais destinados a obras de infra-estrutura e programas sociais;

CONSIDERANDO que, se verdadeiros forem os fatos relatados na supracitada denúncia, estes, caracterizam, no mínimo, os atos de improbidade administrativa tipificados pelo Art. 11, caput, da Lei nº 8.429/92, bem como pelo Art. 11, incisos I e VI, do mesmo Diploma Legal;

CONSIDERANDO que, se verdadeiros forem os fatos relatados na supracitada denúncia, estes, também caracterizam os crimes de responsabilidade tipificados pelo Art. 1º, incisos I, VI, VII e XIV, do Decreto-Lei nº 201/67;

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público a promoção de Inquéritos Civis e de procedimentos administrativos pertinentes para instruí-los, em defesa do patrimônio público e social e de outros interesses difusos e coletivos, a teor dos preceitos contidos no Art. 129, inciso III, da Constituição Federal, no Art. 26, inciso I, da Lei nº 8.625/93, bem como no Art. 6º, inciso I, da Lei Complementar nº 15/96,

RESOLVE:

INSTAURAR o presente Procedimento Administrativo Preliminar, com fundamento nos Arts. 127 e 129, incisos II e III, ambos, da Constituição Federal, no Art. 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85, bem como nos Arts. 25, inciso IV, alínea “a”, e 26, incisos I, alínea “c”, ambos, da Lei nº 8.625/93, a fim de prosseguir nas investigações, promovendo a colheita de informações, depoimentos, certidões, exames periciais, etc..., razão pela qual determina, de imediato, as seguintes providências:

a) Autuação e registro desta Portaria no Livro de Registros de Procedimentos Administrativos;

b) Publicação desta Portaria no Diário Oficial do Estado;

c) Expedição dos ofícios necessários;

d) Realização das inspeções necessárias;

e) Registre-se em livro próprio e cumpra-se.

Santana do Ipanema/AL, 09 de Junho de 2.010

LUIZ TENÓRIO OLIVEIRA DE ALMEIDA
Promotor de Justiça

ESTADO DE ALAGOAS
MINISTÉRIO PÚBLICO
Promotoria de Justiça da Comarca de
São José da Tapera/AL

PORTARIA Nº PAP / MPSJT / 002 / 2.010

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, através do Promotor de Justiça abaixo firmado, com fundamento nos preceitos contidos nos Arts. 127 e 129, incisos II e III, ambos, da Constituição Federal, no Art. 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85, bem como nos Arts. 25, inciso IV, alínea “a”, e 26, incisos I, alínea “c”, ambos, da Lei nº 8.625/93,

CONSIDERANDO as diversas denúncias encaminhadas a esta Promotoria de Justiça, através das quais são noticiadas possíveis práticas de Atos de Improbidade Administrativa e de Crimes de Responsabilidade supostamente perpetrados pelo Exmo. Sr. JARBAS PEREIRA RICARDO, DD. Prefeito do Município de São José da Tapera/AL;

CONSIDERANDO que o Art. 37, inciso II, da Constituição Federal, estabelece que a Administração Pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, bem como que a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma da lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração;

CONSIDERANDO que, no dia 30/11/2.008, o Município de São José da Tapera/AL realizou concurso público (Edital nº 01/2.008), visando o preenchimento de diversos cargos;

CONSIDERANDO que, de acordo com o item 11.1 do Edital nº 01/2.008, o prazo de validade do supracitado concurso é de 02 (dois) anos, contados da data da sua homologação, podendo ser prorrogado por mais 02 (dois) anos consecutivos, a critério do Exmo. Sr. JARBAS PEREIRA RICARDO, DD. Prefeito do Município de São José da Tapera/AL;

CONSIDERANDO a existência de indícios de que vários candidatos, embora tenham sido aprovados no mencionado concurso público, até a presente data, não foram nomeados para os cargos para os quais concorreram, haja vista que preteridos em benefício de dezenas de servidores contratados para exercerem os mesmos cargos;

CONSIDERANDO a existência de indícios de que vários servidores do Município de São José da Tapera/AL, embora tenham sido aprovados no supracitado concurso público, foram nomeados para os respectivos cargos sem que tenha sido observada a respectiva ordem de classificação;

CONSIDERANDO que, se confirmados forem os fatos mencionados nas supracitadas denúncias, estes, caracterizam, no mínimo, os atos de improbidade administrativa tipificados pelo Art. 10, incisos I e IX, da Lei nº 8.429/92, bem como pelo Art. 11, incisos I e V, do mesmo Diploma Legal;

CONSIDERANDO que, se verdadeiros forem os fatos relatados nas supracitadas denúncias, estes, também caracterizam os crimes de responsabilidade tipificados pelo Art. 1º, inciso II e XIII, do Decreto-Lei nº 201/67;

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público a promoção de Inquéritos Civis e de procedimentos administrativos pertinentes para instruí-los, em defesa do patrimônio público e social e de outros interesses difusos e coletivos, a teor dos preceitos contidos no Art. 129, inciso III, da Constituição Federal, no Art. 26, inciso I, da Lei nº 8.625/93, bem como no Art. 6º, inciso I, da Lei Complementar nº 15/96,

RESOLVE:

INSTAURAR o presente Procedimento Administrativo Preliminar, com fundamento nos Arts. 127 e 129, incisos II e III, ambos, da Constituição Federal, no Art. 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85, bem como nos Arts. 25, inciso IV, alínea “a”, e 26, incisos I, alínea “c”, ambos, da Lei nº 8.625/93, a fim de prosseguir nas investigações, promovendo a colheita de informações, depoimentos, certidões, exames periciais, etc..., razão pela qual determina, de imediato, as seguintes providências:

a) Autuação e registro desta Portaria no Livro de Registros de Procedimentos Administrativos;

b) Publicação desta Portaria no Diário Oficial do Estado;

c) Expedição dos ofícios necessários;

d) Realização das inspeções necessárias;

e) Registre-se em livro próprio e cumpra-se.

São José da Tapera/AL, 11 de Junho de 2.010

LUIZ TENÓRIO OLIVEIRA DE ALMEIDA
Promotor de Justiça

>>>>>>> PROTOCOLO GERAL <<<<<<<

AO(S) ‘14’ DIA(S) DO MÊS DE JUNHO O FUNCIONÁRIO COMPETENTE DO SETOR DE PROTOCOLO, ENCAMINHOU ATÉ AS 13:30, OS SEGUINTES PROCESSOS ABAIXO RELACIONADOS:

Proc. 1582/2010
Interessado:
DIRETORIA DE APOIO ADMINISTRATIVO
Natureza:
REQ. AUTORIZACAO PARA ADQUIRIR
Assunto:
JUNTO A FIRMA MIXPEL DISTRIBUIDORA LTDA
Remetido para:
DIRETORIA GERAL

Proc. 1583/2010
Interessado:
DR.TACITO YURI DE MELO BARROS,PROMOTOR DE JUSTIÇA
Natureza:
REQUERENDO FERIAS
Assunto:
PARA O MÊS DE JULHO DE 2010
Remetido para:
DIRETORIA GERAL

Proc. 1584/2010
Interessado:
FERNANDO A. V. DE SOUZA E MARCOS A. S. DA ROCHA, FUNCIONÁRIOS DESTA PGJ
Natureza:
REQ. PARTICIPACAO E PAGAMENTO DE CURSO
Assunto:
CURSO DE CAPACITAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE PREGOEIROS
Remetido para:
DIRETORIA GERAL

Proc. 1585/2010
Interessado:
DR. VICENTE JOSE CAVALCANTE PORCIUNCULA,PROMOTOR DE JUSTIÇA
Natureza:
REQ. REMARCACAO DE FERIAS
Assunto:
REMARCAÇÃO DAS FÉRIAS DE MARÇO DE 2010 PARA JULHO DE 2010
Remetido para:
DIRETORIA GERAL

Proc. 1586/2010
Interessado:
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANCAS DE MACEIO
Natureza:
ENCAMINHANDO DOCUMENTOS
Assunto:
REF. A 01 (UMA) CÓPIA DOS BALANCETES MENSAIS DO MÊS DE NOVEMBRO DE 2009
Remetido para:
DIRETORIA GERAL

Proc. 1587/2010
Interessado:
PROCURADORIA DA REPUBLICA EM ALAGOAS
Natureza:
PECAS DE INFORMACAO
Assunto:
PI Nº 1.11.000.000341/2010-26
Remetido para:
DIRETORIA GERAL

Proc. 1588/2010
Interessado:
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO-FNDE
Natureza:
ENCAM. INFORMACOES
Assunto:
SIOPE - INDICADORES EDUCACIONAIS
Remetido para:
DIRETORIA GERAL

Proc. 1589/2010
Interessado:
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO-FNDE
Natureza:
ENCAM. INFORMACOES
Assunto:
SIOPE - INDICADORES EDUCACIONAIS
Remetido para:
DIRETORIA GERAL

Proc. 1590/2010
Interessado:
1ª E 2ª PROMOTORIAS DE CONTROLE EXTERNO DA ATIVIDADE POLICIAL E INVESTIGAÇÕES ESPECIAIS
Natureza:
ENCAMINHANDO INFORMACOES E SOLICITA PROVIDENCIAS
Assunto:
REMESSA DE INFORMAÇÕES E CD DE FOTOGRAFIAS
Remetido para:
DIRETORIA GERAL

Proc. 1591/2010
Interessado:
TCAL - TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE ALAGOAS
Natureza:
ENCAMINHANDO DOCUMENTOS
Assunto:
DECISÃO SIMPLES REF. AO PROCESSO TC-7546/2009
Remetido para:
DIRETORIA GERAL

Proc. 1592/2010
Interessado:
DR. ALBERTO TENORIO VIERA,PROMOTOR DE JUSTIÇA
Natureza:
REQUERENDO DIARIA(S)
Assunto:
REF. AOS MESES DE ABRIL E MAIO DE 2010
Remetido para:
DIRETORIA GERAL

Proc. 1593/2010
Interessado:
DR.JOSE ALVES DE OLIVEIRA NETO,PROMOTOR DE JUSTIÇA
Natureza:
REQUERENDO DIARIA(S)
Assunto:
REF. AO MÊS DE JUNHO DE 2010
Remetido para:
DIRETORIA GERAL

Proc. 1594/2010
Interessado:
DR.JOSE ALVES DE OLIVEIRA NETO,PROMOTOR DE JUSTIÇA
Natureza:
REQUERENDO DIARIA(S)
Assunto:
REF. AO MÊS DE MAIO DE 2010
Remetido para:
DIRETORIA GERAL

Proc. 1595/2010
Interessado:
DR.JOSE ALVES DE OLIVEIRA NETO,PROMOTOR DE JUSTIÇA
Natureza:
REQUERENDO DIARIA(S)
Assunto:
REF. AO MÊS DE ABRIL DE 2010
Remetido para:
DIRETORIA GERAL

Proc. 1596/2010
Interessado:
DR.JOSE ALVES DE OLIVEIRA NETO,PROMOTOR DE JUSTIÇA
Natureza:
REQUERENDO DIARIA(S)
Assunto:
REF. AO MÊS DE MARÇO DE 2010
Remetido para:
DIRETORIA GERAL

Proc. 1597/2010
Interessado:
DR.JOSE ALVES DE OLIVEIRA NETO,PROMOTOR DE JUSTIÇA
Natureza:
REQUERENDO DIARIA(S)
Assunto:
REF. AO MÊS DE FEVEREIRO DE 2010
Remetido para:
DIRETORIA GERAL

Proc. 1598/2010
Interessado:
DR.JOSE ALVES DE OLIVEIRA NETO,PROMOTOR DE JUSTIÇA
Natureza:
REQUERENDO DIARIA(S)
Assunto:
REF. AO MÊS DE JANEIRO DE 2010
Remetido para:
DIRETORIA GERAL

Proc. 1599/2010
Interessado:
DR. PAULO ROBERTO MARQUES DOS ANJOS,PROMOTOR DE JUSTIÇA
Natureza:
REQUERENDO DIARIA(S)
Assunto:
REF. AO MÊS DE MAIO DE 2010
Remetido para:
DIRETORIA GERAL

Proc. 734/2010
Interessado:
OLÍMPIA VIVIANE NOBRE DA SILVA E OUTROS
Natureza:
REPRESENTACAO
Assunto:
EM FACE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ, BEM COMO SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Remetido para:
CONSELHO SUPERIOR

Proc. 1051/2010
Interessado:
JOSEILDO CONSTANTINO DOS SANTOS
Natureza:
DENUNCIA
Assunto:
DENUNCIA DE AUSÊNCIA DE PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA NAS UNIDADES DE ENSINO DE MACEIÓ
Remetido para:
CONSELHO SUPERIOR

Proc. 1600/2010
Interessado:
SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO PÚBLICA
Natureza:
REQ. PROVIDENCIAS
Assunto:
PARA APURAÇÃO DE FATOS NARRADOS
Remetido para:
DIRETORIA GERAL

Proc. 1601/2010
Interessado:
DIRETORIA DE APOIO ADMINISTRATIVO
Natureza:
REQ. AUTORIZACAO P/PAGAMENTO
Assunto:
DAS GUIAS DE RECOLHIMENTO (AMARELINHAS) JUNTO AO DETRAN-AL
Remetido para:
DIRETORIA GERAL

Proc. 1602/2010
Interessado:
DR. SOSTENES DE ARAUJO GAIA,PROMOTOR DE JUSTIÇA
Natureza:
REQUERENDO DIARIA(S)
Assunto:
REF. AOS MESES DE MAIO E JUNHO DE 2010
Remetido para:
DIRETORIA GERAL

DIEGO DE AMORIM ROCHA PEIXOTO
AUXILIAR DE APOIO ADMINISTRATIVO

> > > > > PROTOCOLO GERAL < < < < < <

AO(S) '14' DIA(S) DO MÊS DE JUNHO O FUNCIONÁRIO COMPETENTE DESTE SETOR DE PROTOCOLO,PROMOVEU A DEVOLUÇÃO AO TRIBUNAL DE JUSTIÇA,ATÉ AS DEZESSEIS E TRINTA, DOS SEGUINTES PROCESSOS ABAIXO RELACIONADO(S):

1ª CAMARA CIVEL

2010.001937-5
APELAçãO CIVEL
DELMIRO GOUVEIA
APETE :
EUNICE ROCHA SILVA
APEDO :
MUNICIPIO DE DELMIRO GOUVEIA E BANCO DO BRASIL S/A
Entrada :9/6/2010 Retirada :9/6/2010
Devolução :14/6/2010 Saidap/ TJ 14/6/2010

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 9/6/2010
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
JOSE ARTUR MELO

1ª CAMARA CIVEL

2010.001419-6
REEXAME NECESSARIO
CACIMBINHAS
REMETENTE :
JUIZO
PARTE :
JOSEFA NMARIA DE OLIVEIRA E PREFEITA DO MUNICIPIO
DE DOIS RIACHOS
Entrada :9/6/2010 Retirada :9/6/2010
Devolução :14/6/2010 Saidap/ TJ 14/6/2010

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 9/6/2010
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
JOSE ARTUR MELO

2ª CAMARA CIVEL

2010.001998-3
APELAçãO CIVEL
CAPITAL
APETE :
A.A.R.A
APEDO :
A.F.A
Entrada :2/6/2010 Retirada :2/6/2010
Devolução :14/6/2010 Saidap/ TJ 14/6/2010

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 2/6/2010
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
AFRANIO ROBERTO PEREIRA DE QUEIROZ

2ª CAMARA CIVEL

2010.001797-2
APELAçãO CIVEL
ARAPIRACA
APETE :
PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS
APEDO :
DOUGLAS YURI BARROS XAVIER REP/MAE VANDERLEIA
MARIA BARROS DULES SILVA
Entrada :2/6/2010 Retirada :2/6/2010
Devolução :14/6/2010 Saidap/ TJ 14/6/2010

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 2/6/2010
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
AFRANIO ROBERTO PEREIRA DE QUEIROZ

3ª CAMARA CIVEL

2010.000230-4
APELAçãO CIVEL
CAPITAL
APETE :
ESTADO DE ALAGOAS
APEDO :
RAIMUNDO PAULO CORREIA
Entrada :8/6/2010 Retirada :9/6/2010
Devolução :14/6/2010 Saidap/ TJ 14/6/2010

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 8/6/2010
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
JOSE ARTUR MELO

CAMARA CRIMINAL

2010.001366-8
RECURSO CRIME
CAPITAL
RECORRTE :
EDIVAR COSTA PEREIRA E OUTRO
RECORRDO :
MINISTERIO PUBLICO
Entrada :7/6/2010 Retirada :7/6/2010
Devolução :14/6/2010 Saidap/ TJ 14/6/2010

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 7/6/2010
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
ANTONIO ARECIPPO DE BARROS TEXEIRA NETO

CAMARA CRIMINAL

2010.002291-1
APELAçãO CRIMINAL
CAMPO ALEGRE
APETE :
JOSE VITALINO DOS SANTOS
APEDO :
MINISTERIO PUBLICO
Entrada :9/6/2010 Retirada :14/6/2010
Devolução :14/6/2010 Saidap/ TJ 14/6/2010

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 9/6/2010
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
ANTONIO ARECIPPO DE BARROS TEXEIRA NETO

SEçãO ESPECIALIZADA CIVEL

2010.000288-5
CONFLITO NEGATIVO DE COMPETêNCIA (SEC)
CAPITAL
SUSCITE :
JUIZO DA 17 VARA CIVEL DA FAZENDA ESTADUAL
SUSCIDO :
JUIZO DA 3ª VARA CIVEL DA CAPITAL - ROGERIO HENRIQUE DE MEDEIROS PACHECO E OUTRO - PRODUBAN
Entrada :22/4/2010 Retirada :9/6/2010
Devolução :14/6/2010 Saidap/ TJ 14/6/2010

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 22/4/2010
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
LUCIANO CHAGAS DA SILVA

SEçãO ESPECIALIZADA CIVEL

2010.001319-4
CONFLITO NEGATIVO DE COMPETêNCIA (SEC)
DELMIRO GOUVEIA
SUSCITE :
JUIZO DA 1ª VARA DE DELMIRO GOUVEIA
SUSCIDO :
JUIZO DA 2ª VARA DE DELMIRO GOUVEIA - EVERTON
HENRIQUE FEITOSA LIMA E MP
Entrada :26/4/2010 Retirada :9/6/2010
Devolução :14/6/2010 Saidap/ TJ 14/6/2010

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 26/4/2010
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
LUCIANO CHAGAS DA SILVA

SEçãO ESPECIALIZADA CIVEL

2010.001318-7
CONFLITO NEGATIVO DE COMPETêNCIA (SEC)
DELMIRO GOUVEIA
SUSCITE :
JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA DE DELMIRO GOUVEIA
SUSCIDO :
JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA DE DELMIRO GOUVEIA-
MARIETA BISPO DOS SANTOS E MP
Entrada :26/4/2010 Retirada :9/6/2010
Devolução :14/6/2010 Saidap/ TJ 14/6/2010

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 26/4/2010
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
LUCIANO CHAGAS DA SILVA

TRIBUNAL PLENO CIVEL

2009.004955-9
MANDADO DE SEGURANçA (TPC)
CAPITAL
IMPTE :
JOSE MARIO MENDONCA DE MORAIS
IMPEDO :
GOVERNADOR DO ESTADO DE ALAGOAS
Entrada :2/6/2010 Retirada :7/6/2010
Devolução :14/6/2010 Saidap/ TJ 14/6/2010

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 2/6/2010
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
EDUARDO TAVARES MENDES

TRIBUNAL PLENO CIVEL

2010.001194-9
MANDADO DE SEGURANçA (TPC)
CAPITAL
IMPTE :
LUIZ CARLOS RODRIGUES SAMPAIO
IMPEDO :
GOVERANDOR DO ESTADO DE ALAGOAS
Entrada :2/6/2010 Retirada :7/6/2010
Devolução :14/6/2010 Saidap/ TJ 14/6/2010

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 2/6/2010
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
EDUARDO TAVARES MENDES

TRIBUNAL PLENO CRIMINAL-HC

2010.001172-9
HABEAS CORPUS-T.P.CRIMINAL
ARAPIRACA
PACIENTE :
F.DA S.F E OUTROS :
Entrada :25/5/2010 Retirada :7/6/2010
Devolução :14/6/2010 Saidap/ TJ 14/6/2010

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 4/6/2010
Tipo: REDISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
ANTONIO ARECIPPO DE BARROS TEXEIRA NETO

TRIBUNAL PLENO CRIMINAL-HC

2010.002135-9
HABEAS CORPUS-T.P.CRIMINAL
CAPITAL
PACIENTE :
S.W.DOS S. :
Entrada :7/6/2010 Retirada :8/6/2010
Devolução :14/6/2010 Saidap/ TJ 14/6/2010

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 7/6/2010
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
DILMAR LOPES CAMERINO

TRIBUNAL PLENO CRIMINAL-HC

2010.002014-4
HABEAS CORPUS-T.P.CRIMINAL CAPITAL
PACIENTE :
JOAO CARLOS BATISTA ROCHA :
Entrada :9/6/2010 Retirada :10/6/2010
Devolução :14/6/2010 Saidap/ TJ 14/6/2010

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 9/6/2010
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
DILMAR LOPES CAMERINO

BIANCA ATTANASIO ANDRADE
ASSESSORA TÉCNICA

> > > > > PROTOCOLO GERAL < < < < < <

AO(S) '14' DIA(S) DO MÊS DE JUNHO O FUNCIONÁRIO COMPETENTE DESTE SETOR DE PROTOCOLO,PROCEDEU A DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA,ATÉ AS DEZESSEIS E TRINTA, DOS SEGUINTES PROCESSOS ABAIXO RELACIONADO(S):

1ª CAMARA CIVEL

2010.002364-5
APELAçãO CIVEL
CAPITAL
APETE :
JOSE OLIVEIRA DOS ANJOS NETO
APEDO :
EDMILSON MARINHO DE SOUZA
Entrada :11/6/2010 Retirada :14/6/2010
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 11/6/2010
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
WALBER JOSE VALENTE DE LIMA

2ª CAMARA CIVEL

2010.001354-1
APELAçãO CIVEL
CACIMBINHAS
APETE :
UNEAL- UNIVERSIDADE ESTADUAL DE ALAGOAS
APEDO :
CRISITANA LEITE DE SOUZA BEZERRA
Entrada :9/6/2010 Retirada :14/6/2010
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 9/6/2010
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
AFRANIO ROBERTO PEREIRA DE QUEIROZ

3ª CAMARA CIVEL

2009.003217-6
AGRAVO DE INSTRUMENTO
CAPITAL
AGRATE :
ESTADO DE ALAGOAS
AGRADO :
HERILIO MACHADO
Entrada :11/6/2010 Retirada :14/6/2010
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 11/6/2010
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
JOSE ARTUR MELO

3ª CAMARA CIVEL

2009.001734-9
REMESSA EX-OFFICIO
AGUA BRANCA
REMETE :
JUIZO
PARTE(S) :
ALINE MOREIRA DOS SANTOS E CHEFE DO PODER
EXECUTIVO DO MUNICIPIO DE AGUA BRANCA
Entrada :11/6/2010 Retirada :14/6/2010
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 11/6/2010
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
WALBER JOSE VALENTE DE LIMA

3ª CAMARA CIVEL

2009.002725-4
AGRAVO DE INSTRUMENTO
CAPITAL
AGRATE :
CEAL- COMPANHIA ENERGETICA DE ALAGOAS
AGRADO :
PATRICIA DINA DOS SANTOS CORREIA BARBOSA E
OUTROS
Entrada :7/6/2010 Retirada :14/6/2010
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 7/6/2010
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
AFRANIO ROBERTO PEREIRA DE QUEIROZ

3ª CAMARA CIVEL

2010.000542-7
AGRAVO DE INSTRUMENTO
CAPITAL
AGRATE :
ESTADO DE ALAGOAS
AGRADO :
LAUDICEIA SILVA COSTA
Entrada :11/6/2010 Retirada :14/6/2010
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 11/6/2010
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
WALBER JOSE VALENTE DE LIMA

CAMARA CRIMINAL

2010.002291-1
APELAçãO CRIMINAL
CAMPO ALEGRE
APETE :
JOSE VITALINO DOS SANTOS
APEDO :
MINISTERIO PUBLICO
Entrada :9/6/2010 Retirada :14/6/2010
Devolução :14/6/2010 Saidap/ TJ 14/6/2010

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 9/6/2010
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
ANTONIO ARECIPPO DE BARROS TEXEIRA NETO

CAMARA CRIMINAL

2010.002436-2
APELAçãO CRIMINAL
CAPITAL
APETE :
MINISTERIO PUBLICO
APEDO :
EMERSON PEREIRA DE ALMEIDA SOARES
Entrada :14/6/2010 Retirada :14/6/2010
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 14/6/2010
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
LUIZ BARBOSA CARNAUBA

CAMARA CRIMINAL

2010.002393-7
AGRAVO EM EXECUCãO PENAL
CAPITAL
AGRAVANTE :
MINISTERIO PUBLICO
AGRAVADO :
VALDERI EUCLIDES DOS SANTOS
Entrada :14/6/2010 Retirada :
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 14/6/2010
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
ANTONIO ARECIPPO DE BARROS TEXEIRA NETO

CAMARA CRIMINAL

2010.002384-1
AGRAVO EM EXECUCãO PENAL
CAPITAL
AGRAVANTE :
MINISTERIO PUBLICO
AGRAVADO :
CLAUDEVAN DOS SANTOS
Entrada :14/6/2010 Retirada :14/6/2010
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 14/6/2010
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
DILMAR LOPES CAMERINO

CAMARA CRIMINAL

2010.002381-0
AGRAVO EM EXECUCãO PENAL
CAPITAL
AGRAVANTE :
MINISTERIO PUBLICO
AGRAVADO :
CLECIO DOS SANTOS LIMA
Entrada :14/6/2010 Retirada :14/6/2010
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 14/6/2010
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
LUIZ BARBOSA CARNAUBA

CAMARA CRIMINAL

2010.002356-6
APELAçãO CRIMINAL
BOCA DA MATA
APETE :
DAMIAO BELTRAO FERREIRA
APEDO :
MINISTERIO PUBLICO
Entrada :9/6/2010 Retirada :14/6/2010
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 9/6/2010
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
ANTONIO ARECIPPO DE BARROS TEXEIRA NETO

SEçãO ESPECIALIZADA CIVEL

2007.001441-9
EMBARGOS DE DECLARACAO EM ACAO RESCISORIA
CAPITAL
EMBARGANTE:
ALAGOAS LTDA - COPLAN
EMBARGADO :
TRIUNFO AGRO INDUSTRIA S/A
Entrada :2/6/2010 Retirada :14/6/2010
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 2/6/2010
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
LUCIANO CHAGAS DA SILVA

SEçãO ESPECIALIZADA CIVEL

2008.001892-2
ACAO RESCISORIA
ARAPIRACA
AUTOR :
S.B.DA S. E OUTRO
REU :
W.N.L. E OUTRO
Entrada :2/6/2010 Retirada :14/6/2010
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 2/6/2010
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
LUCIANO CHAGAS DA SILVA

SEçãO ESPECIALIZADA CIVEL

2010.001470-1
ACAO RESCISORIA
CAPITAL
AUTOR :
S/A USINA CORURIPE ACUCAR E ALCOOL
REU :
FERNANDO MARCIO CUNHA E OUTRO
Entrada :2/6/2010 Retirada :14/6/2010
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 2/6/2010
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
LUCIANO CHAGAS DA SILVA

SEçãO ESPECIALIZADA CIVEL

2008.002802-6
CONFLITO NEGATIVO DE COMPETêNCIA (SEC)
ARAPIRACA
SUSCITE :
JUIZO DA 10ª VARA CIVEL DA COMARCA DA ARAPIRACA
SUSCIDO :
JUIZO DA 7ª VARA CIVEL DA COMARCA DE ARAPIRACA -
JOSEFA JORGE DE BARROS E MARIA IOLANDA B. DE
Entrada :7/6/2010 Retirada :14/6/2010
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 7/6/2010
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
LUCIANO CHAGAS DA SILVA

TRIBUNAL PLENO CIVEL

2010.001187-7
MANDADO DE SEGURANçA (TPC)
CAPITAL
IMPTE :
ANDRE LUIZ TENORIO CAVALCANTE
IMPEDO :
TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DE ALAGOAS
Entrada :14/6/2010 Retirada :
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 14/6/2010
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
EDUARDO TAVARES MENDES

TRIBUNAL PLENO CRIMINAL

2010.002056-0
CONFLITO NEGATIVO DE COMPETêNCIA CRIMINAL
CAPITAL
SUSCITE :
JUIZO DA 3ª VARA CRIMINAL DA CAPITAL
SUSCIDO :
JUIZO DA 7ª VARA CRIMINAL DA CAPITA L-ISAIAS DOS
SANTOS ER MP
Entrada :14/6/2010 Retirada :
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 14/6/2010
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
EDUARDO TAVARES MENDES

TRIBUNAL PLENO CRIMINAL

2004.000536-9
AçãO PENAL ORIGINARIA
NOVO LINO
AUTOR :
MINISTERIO PUBLICO
REU :
BEROALDO RUFINO DA SILVA
Entrada :14/6/2010 Retirada :
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 14/6/2010
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
EDUARDO TAVARES MENDES

TRIBUNAL PLENO CRIMINAL-HC

2010.002154-8
HABEAS CORPUS-T.P.CRIMINAL
IGACI
PACIENTE :
DONIZETE MAURICIO DA SILVA
:
FLAVIO MAURICIO DA SILVA
Entrada :7/6/2010 Retirada :14/6/2010
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 7/6/2010
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
MARCIO ROBERTO TENORIO DE ALBUQUERQUE

TRIBUNAL PLENO CRIMINAL-HC

2010.002341-8
HABEAS CORPUS-T.P.CRIMINAL
CAPITAL
PACIENTE :
MIGUEL ARCANJO SILVA DE LIMA :
JOSE CLAUDINO SANTOS DA SILVA
Entrada :9/6/2010 Retirada :14/6/2010
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 9/6/2010
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
ANTONIO ARECIPPO DE BARROS TEXEIRA NETO

TRIBUNAL PLENO CRIMINAL-HC

2010.000015-9
HABEAS CORPUS-T.P.CRIMINAL
CAPITAL
PACIENTE :
CELSO ANTONIO DOS SANTOS JUNIOR :
Entrada :9/6/2010 Retirada :14/6/2010
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 9/6/2010
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
MARCIO ROBERTO TENORIO DE ALBUQUERQUE

TRIBUNAL PLENO CRIMINAL-HC

2010.002310-2
HABEAS CORPUS-T.P.CRIMINAL
CAPITAL
PACIENTE :
IRAN SERGIO SANTOS DA SILVA :
Entrada :14/6/2010 Retirada :14/6/2010
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 14/6/2010
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
LUIZ BARBOSA CARNAUBA

TRIBUNAL PLENO CRIMINAL-HC

2010.002064-9
HABEAS CORPUS-T.P.CRIMINAL
PORTO CALVO
PACIENTE :
EDVALDO PERERIA DE ALMEIDA :
DENILSON JOSE CONCEICAO DE OLIVEIRA E OUTROS
Entrada :14/6/2010 Retirada :14/6/2010
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 14/6/2010
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
ANTIOGENES MARQUES DE LIRA

TRIBUNAL PLENO CRIMINAL-HC

2010.002026-1
HABEAS CORPUS-T.P.CRIMINAL
PORTO CALVO
PACIENTE :
PAULO VERCOSA DA SILVA :
Entrada :14/6/2010 Retirada :
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 14/6/2010
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
ANTONIO ARECIPPO DE BARROS TEXEIRA NETO

TRIBUNAL PLENO CRIMINAL-HC

2010.001991-4
HABEAS CORPUS-T.P.CRIMINAL
CAPITAL
PACIENTE :
CICERO SARTUNINO DA PAZ JUNIOR :
Entrada :14/6/2010 Retirada :14/6/2010
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 14/6/2010
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
DILMAR LOPES CAMERINO

TRIBUNAL PLENO CRIMINAL-HC

2010.001427-5
HABEAS CORPUS-T.P.CRIMINAL
TAQUARANA
PACIENTE :
IRACILDO EUDACIO DE SOUZA :
Entrada :14/6/2010 Retirada :14/6/2010
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 14/6/2010
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
LUIZ BARBOSA CARNAUBA

BIANCA ATTANASIO ANDRADE
ASSESSORA TÉCNICA